



MINERAÇÃO, REASSENTAMENTO E MEIOS DE VIDA PERDIDOS

OUVINDO AS VOZES DAS COMUNIDADES
REASSENTADAS EM MUALADZI, MOÇAMBIQUE



SMI CSR M
Centre for Social
Responsibility in Mining



OXFAM

AUTORES:

Serena Lillywhite, Conselheira em advocacia sobre mineração, Oxfam
Prof. Assoc. Deanna Kemp, Directora Adjunta, Centro para a Responsabilidade Social na Mineração, -Centre for Social Responsibility in Mining (CSRSM)
Dra Kathryn Sturman, Pesquisadora Sênior, CSRSM

CITAÇÃO RECOMENDADA:

Lillywhite, S., Kemp, D. and Sturman, K., [2015]. *Mining, Resettlement and Lost Livelihoods: Listening to the Voices of Resettled Communities in Mualadzi, Mozambique*. Oxfam: Melbourne.

EDITOR:

Melanie Scaife

DESENHADORES:

Matt Peterson e Meabh Friel (Oxfam)

OS PARCEIROS:

Os autores querem agradecer os parceiros de Moçambique, a Associação para Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades e a União Provincial de Camponeses de Tete, nomeadamente, o Rui Caetano de Vasconcelos e a Dórica Amosse Nota, que foram fundamentais para o sucesso desta pesquisa.

Publicado em Abril de 2015

EQUIPE DE PESQUISA

- Serena Lillywhite, *Oxfam*
- Dórica Amosse Nota, *União Provincial de Camponeses de Tete*
- Estivine Freitas, *União Provincial de Camponeses de Tete*
- Rui Caetano de Vasconcelos, *Associação para Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades*
- Armando Quembo, *Associação para Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades*
- Sylvie Desautels, *Conselheira Independente*
- Helder Paulo, *Oxfam*
- Felix Delhomme, *previamente ligado CSRSM*
- Dra. Kathryn Sturman, *CSRSM*
- Christina Hill, *Oxfam*
- Gonçalo Xavier, *Interprete*
- Deanna Kemp, *Professora Associada CSRSM*

AGRADECIMENTOS:

Os autores querem agradecer uns dos seus colegas que ajudaram neste projeto. Em particular, a Christina Hill (Oxfam) que foi envolvida no desenho do estudo, na análise de contexto e ajudou garantir a inclusão das questões de género. A Christina também prestou assistência na prova final do relatório. Agradecemos também para o Chris Madden (Oxfam) pela assistência na tradução para o Português. Agradecemos a Maureen Bathgate (Oxfam) pela supervisão do processo de edição e os analistas de pesquisa do Centro para a Responsabilidade Social na Mineração (CSRSM), pela sua contribuição, particularmente o Fitsum Weldegiorgis. Finalmente, apresentamos os nossos agradecimentos ao Professor David Brereton, do Instituto de Minerais Sustentáveis, representando o Centro Internacional de Mineração para o Desenvolvimento (IM4DC), pela sua acessória e rigor na pesquisa.



FINANCIADORES:

O desenvolvimento deste relatório e a pesquisa associada foi apoiado pelo Centro Internacional de Mineração para o Desenvolvimento (IM4DC), financiado pelo Departamento australiano de Relações Exteriores e Comércio (DFAT) da Austrália e implementado pela Universidade de Queensland e a Universidade da Western Australia.



Fotografia da capa : Pessoas involuntariamente reassentadas para Mualadzi para deixar o lugar à mina de carvão de Benga são confrontadas à insegurança alimentar e de água, e à terra árida, colocando os seus meios de subsistência em risco. Fotografia de: Abbie Trayler-Smith/OxfamAUS

SUMÁRIO EXECUTIVO	1
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Financiamento	2
1.2 Objectivos e abordagem do estudo	3
1.3 Estrutura do relatório	4
2 O CONTEXTO DO ESTUDO	4
2.1 A história de migração e deslocamento humano	4
2.2 O desenvolvimento humano em Moçambique	5
2.3 O clima político contemporâneo	5
2.4 O enquadramento legal para o reassentamento no contexto da mineração	6
2.5 O reassentamento da mina de Benga	7
3 O DESENHO DO ESTUDO	12
3.1 O envolvimento de parceiros locais	12
3.2 A pesquisa documental	12
3.3 As entrevistas.....	13
3.4 Os desafios no trabalho de campo	14
4 AS VOZES DA COMUNIDADE DE MUALADZI: PERSPECTIVAS DAS PESSOAS REASSENTADAS	15
4.1 A insegurança alimentar e de água	15
4.2 A perda de oportunidades económicas	18
4.3 Os custos suportados pelas famílias reassentadas	19
4.4 A fractura da comunidade	19
4.5 A incerteza e o acesso limitado a informação	21
4.6 As deficiências nos processos de remedeio	22
4.7 A falta de confiança entre as partes interessadas	22
4.8 A recuperação num ambiente de fraca capacidade	23
5 IMPLICAÇÕES	24
5.1 Sumário da situação	24
5.2 As falhas de planificação	24
5.3 As questões sistémicas	26
5.4 Considerações futuras	26
6 RECOMENDAÇÕES	27
7 APRESENTAÇÃO DA EQUIPE DE ESTUDO	30

Uma nota sobre a ortografia

Existem diferentes convenções ortográficas para 'Mualadzi'. O local de reassentamento possui o nome do rio sazonal que atravessa a aldeia. O nome original do rio, em língua Nyungue, é 'Muarazi', e é usado no Plano de Acção do Reassentamento. Este relatório usa a adaptação portuguesa 'Mualadzi', que é usada pelo Governo de Moçambique em outra documentação oficial.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O reassentamento involuntário é um processo profundamente complexo e perturbador, com o potencial de colocar as populações vulneráveis em grande risco. O relatório apresenta experiências de reassentamento involuntário, na perspectiva dos indivíduos, dos agregados familiares e grupos que estão recuperando da deslocação causada pela mineração, na província de Tete, em Moçambique. Este descreve o contexto, no qual a mineração e o reassentamento estão a ter lugar, uma situação caracterizada pela pobreza, um crescimento económico rápido, uma capacidade reguladora limitada e uma pressão intensa sobre a disponibilidade de terra. Neste sentido, o estudo situa um conjunto particular de experiências, dentro dum contexto económico, político e histórico mais amplo. As vozes das comunidades de Mualadzi realçam a situação precária que enfrentam as populações afectadas pelo projecto e que continuarão enfrentando em Moçambique, a menos que ocorra uma mudança estrutural maior.

O contexto deste estudo é a mina de carvão de Benga e o reassentamento planificado de 736 agregados familiares (aproximadamente 3,680 pessoas). Os resultados que não são óptimos, associados com o reassentamento da mina de Benga, são agravados pela maneira como as empresas sucessivas falharam em responder adequadamente aos riscos sociais e de direitos humanos. O processo de reassentamento envolveu, até agora, três empresas, através dois processos de trespasses, num período de cinco anos. A mina foi inicialmente desenvolvida pela mineiradora australiana, de nível intermediário, a Riversdale, cujo reassentamento foi iniciando em 2010. A mina foi adquirida pela Rio Tinto em 2011. Três anos depois da sua aquisição da Riversdale, a Rio Tinto anunciou que iria vender a mina de Benga e outros activos de carvão à um conglomerado mineiro indiano, a *International Coal Ventures Limited* (ICVL). Embora ainda não concluído o processo de reassentamento planificado, a ICVL anunciou planos para expandir e triplicar a produção, num período de três anos, o que, inevitavelmente, envolveria mais reassentamento.

As pessoas que foram reassentadas involuntariamente para ceder o lugar à mina de Benga sofreram enormes desvantagens. A população reassentada não tinha escolha senão que se mudar das margens férteis do rio Revubó em Capanga, para Mualadzi, um local remoto com solo de má qualidade e fornecimento inseguro de água para uso pessoal e agrícola. Este ambiente físico severo colocou em risco os meios de vida, sendo a segurança alimentar um desafio de imediato. Além das severas condições físicas, a localização remota de Mualadzi e as pobres infra estruturas de transporte reduziram o acesso à emprego e às outras oportunidades económicas. Isto impediu ainda mais a habilidade das pessoas, no que toca ao sustento a si próprias e as suas famílias. O stresse e o trauma, associados com uma deslocação forçada, incluindo os padrões de fragmentação social, também constituem enormes preocupações.

Este estudo centra-se na maior fase do reassentamento da mina de Benga, altura em que a mina pertencia e era gerida pela Rio Tinto. Enquanto o estudo está focalizado

sobre as pessoas reassentadas, durante uma fase particular do processo de reassentamento e aproximadamente 18 meses após a realocação, ainda assim contribui para um dialogo mais amplo sobre como melhorar as políticas e as práticas relacionadas com o reassentamento involuntário e os projectos extractivos de grande dimensão. Existe um crescente conjunto de evidências de que, apesar dos esforços para estabelecer e aplicar padrões (standards) de desempenho, as pessoas que são deslocadas pela mineração e projectos de desenvolvimento de grande escala, tipicamente têm os seus direitos diminuídos e são expostas a desvantagens a longo termo. Em suma, a maioria das pessoas reassentadas estão numa situação pior. As vozes da comunidade de Mualadzi fornece informações sobre os factores que contribuem para que a prática do reassentamento não se compadeça com os padrões globais aceites.

OBJECTIVOS E ABORDAGEM DO ESTUDO

Este estudo da Oxfam e do Centro para responsabilidade social na mineração (Oxfam-CSR) tem três objectivos:

1. Entender as experiências das pessoas - especialmente das mulheres - de deslocamento e reassentamento, induzidos por projectos de mineração, na província de Tete, Moçambique. O estudo centra-se na captação do testemunhar de pessoas reassentadas que foram movidas para Mualadzi, pela Rio Tinto, em 2013 e no início de 2014.
2. Apoiar as pessoas das comunidades afectadas e as organizações locais da sociedade civil, na realização de pesquisa e no relacionamento com as empresas de mineração e o governo, e na garantia de que as comunidades afectadas usufruam dos seus direitos. O estudo foi realizado em colaboração com duas organizações locais, a União provincial de Camponeses de Tete e a Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades.
3. Gerar um diálogo mais activo sobre a mineração e o reassentamento, entre os actores-chave para melhorar as políticas e as práticas afins. O relatório identifica acções que os governos e as empresas podem e devem adoptar para garantir melhores resultados para as pessoas reassentadas. Os resultados do estudo são relevantes para outros empreendimentos industriais, de grande escala em Moçambique, incluindo no sector de petróleo e gás.

O estudo utilizou um desenho de pesquisa qualitativa, abarcando vários métodos e fontes. A ferramenta de pesquisa primária consistiu em entrevistas com informantes-chave, ou seja as pessoas reassentadas para enfatizar a sua "voz". A equipe de pesquisa completou 21 entrevistas individuais em profundidade e quatro grupos de discussão com 37 pessoas, durante uma visita de campo à comunidade reassentamento de Mualadzi, em Novembro de 2014. Os critérios de selecção garantiram que uma diversidade de pessoas reassentadas pudessem participar. A entrevistas, com as 58 pessoas são o foco do estudo, e representam a amostra principal. Uma pesquisa documental e uma série de entrevistas de fundo e suplementares forneceram informações adicionais.

O estudo não pretende ser representativo das experiências de reassentamento, pela província de Tete ou oferecer perspectivas de todos os grupos de interessados. O estudo foi projectado para capturar histórias, perspectivas e experiências vividas por algumas das pessoas mais marginalizadas e vulneráveis, na comunidade, e para assegurar que as vozes das mulheres e dos jovens fossem incluídas. O teste de qualquer reassentamento de sucesso não é se a maioria dos reassentados se adaptaram ou se consideram em melhor situação, mas como os mais marginalizados e vulneráveis se têm saído, uma vez que este é o lugar onde o risco de violações de direitos humanos é maior.

O financiamento do Centro internacional para desenvolvimento e mineração (IM4DC) permitiu a realização deste estudo. O financiamento foi aprovado e o estudo já havia sido iniciado antes da venda da mina de Benga pela Rio Tinto.

FACTORES CONTEXTUAIS

Há uma série de características que definem o contexto de reassentamento em Moçambique, incluindo o seguinte:

- No final da guerra civil em 1992, Moçambique foi considerado o país mais pobre do mundo, com uma dívida externa de quase 200% do produto interno bruto (PIB). Em 2013, Moçambique classificou-se no 178º lugar sobre 187, no Índice de Desenvolvimento Humano na Organização das Nações Unidas (ONU).
- Moçambique é uma sociedade predominantemente agrária, com 70% da população a depender da agricultura de subsistência para as suas necessidades básicas. Apenas 35% do total da população tem acesso a água potável.
- Moçambique, mais recentemente, tornou-se uma das economias de mais rápido crescimento no continente Africano. Este crescimento tem sido, em grande parte, impulsionado pelos mega projectos de capital-intensivo e o forte crescimento das indústrias extractivas. O tamanho total do sector extractivo (incluindo petróleo e gás) cresceu de 22% em 2013 e é responsável por 5% do PIB, com uma previsão de aumento até 10%, em 2017.
- O clima político, no momento do estudo, foi volátil. As eleições fortemente contestadas tinham sido realizadas no mês anterior ao estudo, em que o ex-movimento rebelde encenou um significativo retorno político a oposição.
- Os recentes requisitos previstos na nova Lei de mineração e o Decreto sobre o reassentamento podem ser interpretados como uma tentativa, por parte do Estado, para responder à natureza rápida do crescimento económico em Moçambique. A monitoria e a fiscalização continuam a representar um desafio, sobre tudo tendo em conta que a capacidade reguladora não corresponde à velocidade e a escala do crescimento nas indústrias extractivas.
- O Plano de Acção de Reassentamento (PAR) indica que oito locais de reassentamento foram considerados. Dois deles estavam livres de quaisquer licenças de exploração, um dos quais era Mualadzi. A emissão rápida e extensa de licenças e concessões sugere que a disponibilidade de terras, ao invés de adequação, é

o principal factor a influenciar as decisões do governo sobre a escolha do local de reassentamento.

- A pesquisa prévia sobre a mina de Benga sugere que as grandes lacunas no desempenho social e de *due diligence* eram conhecidas na altura em que a Rio Tinto assumiu a responsabilidade da gestão da mina, e essas lacunas tinham recebido fortes críticas por parte de grupos da sociedade civil.

RESUMO DOS RESULTADOS

Tendo em conta a história de conflito, a pobreza endémica e a fraca capacidade do Estado, em Moçambique, a reconstrução dos meios de vida como parte de um processo de reassentamento é uma tarefa difícil. O contexto pré-existente de Moçambique exige medidas especiais de protecção contra o maior empobrecimento das pessoas já “em risco”. À luz dos desafios de fundo, as medidas de mitigação de risco e de restauração dos meios de vida em Mualadzi não parecem ser compatíveis com os impactos do reassentamento ou com as necessidades expressas pela comunidade. O Estado e os actores empresariais não prestam contas adequadamente sobre os riscos de reassentamento, e sem um programa abrangente e transparente de monitoria e avaliação, assegurar que estes actores prestem contas é problemático. A falta de monitoria participativa também sugere que os direitos e interesses das pessoas reassentadas – das mulheres e dos jovens em particular – não estão sendo priorizados.

As várias formas de desvantagem que as pessoas em Mualadzi enfrentam, incluem:

- insegurança alimentar e de água
- perda de oportunidades económicas
- custos suportados pelas famílias reassentadas
- fractura da comunidade
- incerteza e acesso limitado à informação
- deficiências no processos de remedeio; e
- recuperação num ambiente de fraca capacidade

INSEGURANÇA ALIMENTAR E DE ÁGUA

Os participantes explicaram que não há água suficiente para as necessidades diárias. Antes do reassentamento, os entrevistados disseram que podiam contar com o Rio Revuboé, mesmo na estação seca. Os entrevistados disseram que em Mualadzi, a sua situação é muito diferente, citando o abastecimento de água como inadequado. Em termos de insegurança alimentar, a maioria dos entrevistados disse que suas famílias não têm comida suficiente e relataram estar com fome. Os entrevistados explicaram que desde que chegaram à Mualadzi, algumas famílias tentaram trabalhar a terra, mas não tinham sido bem sucedidos. A má qualidade do solo e a falta de água foram as duas causas frequentemente citadas para a deficiência da colheita. Para além do meio físico árido e a má qualidade do solo, vários outros factores exacerbaram a insegurança alimentar. O primeiro relaciona-se com o tempo da realocização ou da mudança. Foi dito ter ocorrido muito tarde, na temporada de plantio. Um segundo factor refere-se ao insuficiente apoio recebido no período de transição em termos de restauração dos meios de vida e da assistência alimentar.

A PERDA DE OPORTUNIDADES ECONÓMICAS

Apesar da agricultura de subsistência ter sido uma parte significativa da vida em Capanga, os entrevistados disseram que também haviam se envolvido numa série de outras actividades para complementar os seus rendimentos. Essas actividades incluíram a fabricação de tijolos, corte de lenha, a produção de bens caseiros (por exemplo, vassouras e escovas), a pesca, a fabricação de carvão, colectando e vendendo pedras e escavando areia do leito do rio para venda. Alguns dos jovens tinham sido empregados na construção e outros trabalhos em Moatize. Da mesma forma, as mulheres eram capazes de vender vegetais e outros produtos nos mercados a beira da estrada. Em Mualadzi, as oportunidades económicas de pequena escala têm sido quase totalmente perdidas - não há praticamente nenhuma economia local.

CUSTOS SUPORTADOS PELAS FAMÍLIAS REASSENTADAS

Um dos problemas conhecidos no reassentamento planificado são os custos que são, frequentemente, subestimados. Quando isso ocorre, as comunidades tendem a absorver os custos que não foram contabilizados no processo de planificação. As constatações das entrevistas sugerem que este é o caso em Mualadzi. Os entrevistados descreveram como eles tiveram que absorver uma gama de custos, principalmente relacionados com o transporte e a alimentação. Ao não contabilizar a totalidade dos custos do reassentamento, as empresas em causa têm efectivamente externalizado o custo de mitigação de impacto e da recuperação, no processo, colocando assim as comunidades reassentadas em maior risco de empobrecimento. Como o governo ainda não tratou da questão deste défice, as famílias estão absorvendo certos custos de manutenção dos seus meios de vida e das suas redes sociais.

FRACTURA DA COMUNIDADE

Houve um forte sentimento, nas entrevistas, de que os padrões de subsistência e as redes sociais da população foram significativamente perturbados pelo deslocamento involuntário. Havia um sentimento geral de que as pessoas estão sendo perturbadas e isoladas, tendo perdido um sentimento de pertença a um lugar e de espiritualidade. Esta perda foi relacionada a não ter uma igreja em Mualadzi e as preocupações sobre a transferência do cemitério. A perda do acesso ao rio teve uma grande influência sobre os padrões de intercâmbio social. Os entrevistados explicaram que o rio era um aspecto importante na vida social e económica da comunidade. No passado, as mulheres se reuniam no rio para lavar, colectar a água e conversar. Os homens também tinham pontos de encontro regulares. Muitos destes padrões de interacção social não foram restabelecidos no novo local.

INCERTEZA E ACESSO LIMITADO À INFORMAÇÃO

Os entrevistados tinham dúvidas sobre seu futuro. A interrupção da assistência alimentar era uma preocupação imediata. Houve também incerteza sobre novas técnicas agrícolas que a empresa havia introduzido para tentar garantir um fornecimento de alimentos para as famílias

reassentadas. Houve confusão sobre a qualificação de pessoas para determinadas actividades de restauração de meios de vida e evidências de que algumas pessoas sentiram-se excluídas. O sentimento geral de incerteza também relacionava com a venda da mina da Rio Tinto para ICVL, incluindo a forma como as questões pendentes iriam ser tratadas pelos novos proprietários.

DEFICIÊNCIAS NOS PROCESSOS DE REMEDEIO

O plano de acção de reassentamento, da mina de Benga, define um processo de queixas e de reclamações e inclui ainda canais, através dos quais, a comunidade pode registar uma reclamação para com a empresa. No entanto, na prática, os entrevistados disseram que tinham sido incapazes de resolver as suas principais preocupações. Também ficou claro, nas entrevistas, que certas pessoas tiveram dificuldades para terem uma voz na esfera pública - incluindo alguns jovens (ambos homens e mulheres) e as mulheres. As normas sociais, relativas à hierarquia e a representação, eram vistas como tendo um efeito restritivo sobre as pessoas que participam em reuniões ou levantam preocupações. Vários entrevistados disseram que a única maneira de serem capazes, no futuro, de colocar as suas questões e estas serem tratadas, seria através de protestos públicos, bloqueios e uma acção civil.

A falta de confiança, entre as partes interessadas, foi um tema presente em todo o processo de entrevista. Houve uma enorme falta de confiança nas empresas envolvidas. Em cada entrevista, os entrevistados citaram promessas que a Riversdale ou a Rio Tinto tinha feito, ou se acreditava ter feito, mas que não cumpriram. Houve também uma sensação nítida de que a relação, entre a empresa e a comunidade, havia se deteriorado após-deslocamento. A falta de confiança no governo para resolver problemas e monitorar os impactos do reassentamento também foi citada. Em Mualadzi, os entrevistados também demonstraram sentimento de pouca confiança nos líderes locais.

RECUPERAÇÃO NUM AMBIENTE DE FRACA CAPACIDADE

As pessoas de Mualadzi estão se recuperando do deslocamento involuntário, num ambiente de fraca capacidade. As limitações do ambiente físico incluem solos de má qualidade, a falta de água e a localização isolada, enquanto que outras limitações se relacionam com o ambiente institucional. A equipe do estudo confirmou que não há nenhum programa governamental activo, para monitorar os compromissos corporativos, feitos no Plano de acção de reassentamento (PAR). A capacidade das organizações locais, para ajudar as famílias reassentadas a lidar com a mudança social e económica, provocada pelo reassentamento é limitada. Dada a dimensão do reassentamento e a natureza intensiva do apoio necessário, no processo de recuperação, as organizações locais estão trabalhando aquém da sua capacidade pretendida e com recursos limitados.

OS FACTORES CONTRIBUENTES

A tabela, a seguir, resume alguns dos principais factores que contribuíram para a situação em Mualadzi:

Falhas na planificação	Questões sistémicas
As questões levantadas por pessoas, em Mualadzi, eram riscos de reassentamento conhecidos, no momento em que o PAR foi preparado.	A extensão dos títulos minerais de carvão, zoneados em toda a província de Tete, parece ter influenciado a escolha, pelo governo, de Mualadzi como local de reassentamento.
A identificação, a prevenção e a mitigação de riscos não foram suficientemente rigorosas neste exemplo.	O quadro legal do sector de mineração, em Moçambique, não está a acompanhar o ritmo acelerado de desenvolvimento industrial em Tete.
As medidas de mitigação como delineadas no PAR foram, na sua maior parte, temporárias.	A transferência de propriedade da Riversdale para a Rio Tinto e, em seguida, da Rio Tinto para ICVL tem complicado o processo de reassentamento e diluiu a questão da responsabilidade corporativa.
Do ponto de vista das pessoas reassentadas, o apoio alimentar e a restauração dos meios de vida foram deficientes.	Os processos de <i>due diligence</i> internos da Rio Tinto não parecem desencadear uma resposta adequada aos desafios de reassentamento em Mualadzi.
À excepção de um pequeno grupo de líderes, os entrevistados disseram que não foram incluídos nas decisões sobre o reassentamento.	O posicionamento do reassentamento como uma "oportunidade de desenvolvimento" em vez de um "risco de empobrecimento", no seio dos quadros políticos corporativos, distrai-os face as questões da recuperação e reconstrução dos meios de vida.
Os obstáculos à participação das pessoas em actividades de restauração de meios de vida (idade, sexo e nível económico) não foram devidamente tomados em conta.	
O programa de monitoria em Mualadzi foi "ad hoc" e desproporcionado face a gravidade dos riscos e impactos.	
Do ponto de vista dos entrevistados, os mecanismos de reclamação foram deficientes em termos de procedimentos e resultados.	

RECOMENDAÇÕES E OS PRÓXIMOS PASSOS

Em primeiro lugar, o relatório recomenda a participação, o acesso à informação e a inclusão social - incluindo mulheres, homens, jovens, anciãos, líderes e pessoas com deficiência. Processos inclusivos e participativos ajudarão a identificar e mitigar os riscos conhecidos de reassentamento, a compreender melhor os riscos menos conhecidos e apoiar a distribuição equitativa dos benefícios

do sector extractivo. O relatório também apresenta uma série de recomendações específicas para melhorar os resultados de reassentamento, tanto de imediato e a longo prazo. As tabelas, abaixo, fornecem uma visão geral das principais recomendações, para cada grande actor. O conjunto completo de recomendações estão contidas no relatório:

ACTORES CORPORATIVOS:

ICVL	Rio Tinto
Actualizar e divulgar o PAR e o orçamento associado.	Divulgar publicamente as avaliações de impacto de direitos humanos (HRIAs).
Melhorar as actividades de restauração dos meios de vida, inclusive para mulheres e jovens.	Divulgar publicamente o quadro de monitoria da mina de Benga, incluindo indicadores de "sucesso" do reassentamento.
Reintegrar a assistência alimentar.	Alterar as políticas corporativas para exigir HRIAs, antes da aquisição.
Melhorar as infra-estruturas de água, estradas e sistemas de transporte.	Compartilhar as lições aprendidas, com o processo de <i>due diligence</i> social, para a aquisição da mina de Benga.
Desenhar conjuntamente e implementar mecanismos de reclamações ao nível do projecto.	Divulgar publicamente a abordagem de planificação participativa de reassentamento em outros locais, ao nível internacional.
Divulgar publicamente os planos de expansão.	

ACTORES GOVERNAMENTAIS:

Governo provincial de Tete	Governo de Moçambique
Assegurar os processos de monitoria e supervisão.	Continuar a reforçar o quadro legal e o decreto sobre o reassentamento.
Trabalhar com os promotores de desenvolvimento para melhorar as actividades de restauração dos meios de vida, inclusive para mulheres e jovens.	Exigir dos promotores a actualização dos PARs, há quando da transferência de propriedade; a avaliação dos riscos e divulgação pública dos estudos relevantes, antes do licenciamento da mina; e o estabelecimento das infra-estruturas essenciais, antes da mudança física das comunidades.
Divulgar publicamente os planos elaborados sobre as questões de água em Mualadzi.	Auditar a disponibilidade e adequação de terra para reassentamento, antes da emissão das licenças.
Rever a funcionalidade dos Comités provinciais de reassentamento.	Apoiar os grupos da sociedade civil para obter acesso à informação sobre os projectos extractivos.
Aplicar as lições deste caso em outros lugares, na província de Tete.	Divulgar publicamente todos os contratos de petróleo, gás e mineração.
	Desenvolver um Plano de Acção Nacional (PAN) para implementar os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs)

ACTORES INTERNACIONAIS:

Governos dos países de origem (Austrália, Reino Unido (RU), Estados Unidos de América (EUA) e Índia)	Corporações financeiras internacionais (IFC) o Conselho internacional para minas e metais (ICMM)
Desenvolver ou alterar os PANs para assegurar a aplicação das UNGPs.	CFI (IFC) e outras instituições financeiras internacionais precisam de desenvolver orientações sectoriais específicas de reassentamento para cada sector da indústria extractiva.
Exigir altos níveis de transparência, em matéria de reassentamento, para todas as empresas extractivas com sede em, listadas em, ou que operam em ou a partir, do país em questão.	ICMM precisa de iniciar uma revisão das práticas de reassentamento, com o objectivo de definir normas ou padrões, e compromissos claros para as empresas membros.

CONSIDERAÇÕES FUTURAS

Este estudo da Oxfam–CSRМ invoca quatro considerações importantes para o futuro:

O potencial de conflito localizado

A população em Mualadzi vive na proximidade de Cateme, outra comunidade de reassentamento. Ademais, as pessoas de Mualadzi estão aprendendo que os protestos públicos podem trazer mudanças onde outros processos falharam, e existem tensões emergentes entre as duas comunidades, sobre questões de transporte. Estas questões precisam de monitoria cuidadosa e podem precisar de intervenção estratégica, antes das tensões se agravarem.

Os planos de expansão da ICVL

A expansão vai exigir ainda mais reassentamento. Isto irá colocar mais pressão sobre as comunidades hospedeiras e reassentadas, para as organizações locais da sociedade civil e para o Estado. Irá também colocar pressão sobre a ICVL para garantir que não vai exacerbar ou regerar o conjunto actual de problemas em escala maior.

A pressão continua sobre a disponibilidade de terras

Mesmo diante de uma recessão global, as indústrias extractivas em Tete e em todo Moçambique continuam a se expandir. Por exemplo, na província de Cabo Delgado, o megaprojecto de investimento no gás natural está em curso, através de empresas como a Anadarko (EUA) e ENI SpA (Itália). O projecto Anadarko deverá exigir o reassentamento de um número estimado de 3.000 pessoas rurais.

Equilibrar desenvolvimento e direitos humanos

A pressão sobre a disponibilidade de terras e os seus impactos associados, sobre a segurança alimentar e os meios de vida, continuarão à medida que mais concessões de mineração forem emitidas. Como o governo emite concessões, monitora a implementação e toma decisões sobre os locais de reassentamento é de vital importância para garantir que os imperativos de desenvolvimento nacional não virão à custa dos direitos e interesses das populações locais.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo fornece uma visão sobre a vida das pessoas que foram reassentadas pela mineração, de grande escala, na província de Tete, em Moçambique. Ao fazê-lo, procura contribuir para um diálogo mais amplo, sobre como melhorar as políticas e as práticas em relação ao reassentamento involuntário, no âmbito de projectos de mineração. Há um crescente leque de evidências de que, apesar dos esforços por parte das instituições financeiras internacionais (IFI) e alguns governos nacionais para definir e aplicar normas neste domínio, as pessoas deslocadas pela mineração e outros projectos de desenvolvimento de grande dimensão, normalmente, têm os seus direitos diminuídos e são expostas a desvantagens a longo prazo.¹ Este estudo fornece informação sobre os factores que contribuem para a prática de reassentamento estar aquém dos padrões globais aceites e, o mais importante, identifica as acções que os governos e as empresas podem e devem adoptar para garantir melhores resultados de reassentamento. Reconhece que o reassentamento é um processo complexo, perturbador e dinâmico e que as decisões e acções, com boas intenções, ainda podem resultar em populações reassentadas estar em situação pior.

Este relatório apresenta experiências de reassentamento involuntário, na perspectiva dos indivíduos, dos agregados familiares e grupos que estão recuperando da deslocação causada pela mineração. Este descreve o contexto no qual a mineração e o reassentamento estão a ter lugar em Moçambique, um cenário caracterizado pela pobreza, um crescimento económico rápido, uma supervisão reguladora limitada e uma pressão intensa sobre a disponibilidade de terra. Neste sentido, o estudo situa um conjunto particular de experiências dentro dum contexto económico, político e histórico mais amplo. As vozes das comunidades de Mualadzi realçam a situação precária que enfrentam as populações afectadas pelo projecto e que continuarão enfrentando em Moçambique, a menos que uma mudança estrutural maior ocorra.

O contexto para este estudo Oxfam-CSRM é a mina de carvão de Benga, e o reassentamento planificado de 736 famílias (aproximadamente 3.680 pessoas).² O processo de reassentamento, até agora, envolveu três empresas através de duas aquisições, ao longo dum período de cinco anos. O processo não estava concluído no momento da realização do estudo. A mina de Benga foi originalmente desenvolvida pela mineira intermediária australiana, Riversdale Mining Limited.³ A identificação do local de reassentamento rural em Mualadzi foi determinada pelo governo, com consulta limitada as comunidades afectadas. A Golder Associates e a Impacto Limitada foram contratadas para desenvolver um plano de acção de reassentamento (PAR).⁴ A PAR recebeu a aprovação ministerial em 2010.⁵ A Rio Tinto (através de sua subsidiária Rio Tinto Benga Limitada) tornou-se vinculada ao PAR da Riversdale, quando adquiriu a Riversdale em 2011.



A mineração e o reassentamento têm muitas vezes maior impacto negativo nas mulheres e jovens. Photo: Serena Lillywhite/OxfamAUS.

¹ Enquanto a escrita deste relatório, uma avaliação interna dos projectos do Banco Mundial desde mais de duas décadas, encontrou “problemas graves” na prática de reassentamento involuntário, incluindo a falha de identificar os riscos para a população local e de aplicar as suas próprias medidas de protecção. Veja: <http://www.worldbank.org/en/news/press-release/2015/03/04/world-bank-shortcomings-resettlement-projects-plan-fix-problems>

² O número total de agregados familiares referido é baseado em dados fornecidos pela Rio Tinto e as informações contidas no plano de acção de reassentamento (PAR) (Golder Associates Africa (Pty) para Riversdale Limitada, 1 de Setembro de 2009). O número total de pessoas reassentadas é calculado com base numa média de cinco pessoas por família, conforme o PAR. 57).

³ A Riversdale estava operando em Moçambique, em *joint venture* com a Tata Global Steel Holdings Ltd.

⁴ O PAR aderiu aos princípios contidos no Padrão de Desempenho 5 da Corporação financeira internacional. IFC. (2006) *Padrão de Desempenho 5: Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário*. Washington DC: International Finance Corporation. Disponível em: http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/ifc+sustainability/our+approach/risk+management/performance+standards/performancestandards

⁵ O contrato mineiro entre a Riversdale e o Governo de Moçambique foi aprovado pelo Conselho de Ministros, nos termos dum decreto publicado em 13 de Maio de 2009.

De acordo com o PAR, a realocação foi planificada para ocorrer em três fases, entre 2009 e 2011.⁶ A Riversdale iniciou a primeira fase no final de 2010, o ano em que a construção da mina começou. Neste momento, 26 famílias foram transferidas para Mualadzi, uma comunidade de reassentamento rural projectada para acomodar 478 famílias. Outras 45 famílias foram realocadas em 2011, ano em que a Rio Tinto adquiriu a Riversdale.⁷ Após a aquisição, a Rio Tinto concluiu a primeira fase que começou a Riversdale realocando mais 14 famílias. Em 2013, mais de 12 meses mais tarde do que o previsto inicialmente, a Rio Tinto completou a segunda e maior fase, realocando mais 358 famílias (aproximadamente 2.100 pessoas) em Mualadzi. Em Março de 2014, a Rio Tinto reassentou mais 35 famílias que haviam sido previamente classificadas para o reassentamento urbano.⁸ As famílias realocadas em Mualadzi, pela Rio Tinto, nesta segunda fase são o foco deste estudo. Na época do estudo, em Novembro de 2014, os novos proprietários, a International Coal Ventures Limited (ICVL), ainda estavam por reassentar um número estimado de 262 famílias adicionais, como parte da terceira fase.⁹ Estas famílias estão classificadas para o reassentamento urbano. Um cronograma dos eventos de reassentamento é fornecido na Seção 2.

Três anos após a aquisição da Riversdale por cerca de US \$ 3,7 bilhões, a Rio Tinto anunciou que iria vender a mina de Benga e outros activos de carvão em Moçambique.¹⁰ A Rio Tinto reconheceu os encargos de depreciação de US\$ 2,86 bilhões, pós-imposto, sobre o património, antes de vender a mina de Benga e outros activos de carvão em Moçambique em US \$ 50 milhões – ou seja menos de 1,35% do preço de compra.¹¹ Os analistas de mercado ligaram estas perdas maciças a uma superestimação de reservas recuperáveis contra um preço do carvão em declínio e ao fracasso em garantir as aprovações necessárias para o transporte fluvial do carvão, no rio Zambeze, para o Porto da Beira. Todos os activos e as obrigações ligadas à mina de carvão de Benga foram transferidos da Rio Tinto para a ICVL, na altura da venda em Outubro de 2014. O estudo Oxfam-CSR teve lugar em Novembro de 2014, imediatamente após a transferência de propriedade. Este momento forneceu uma

oportunidade única para que a equipe de pesquisa pudesse examinar a transição, entre os proprietários do projecto, a partir da perspectiva das comunidades impactadas. A ICVL, desde então, anunciou os seus planos para expandir e triplicar a produção nos próximos três anos.¹²

A terra disponível e adequada para o reassentamento é escassa em Tete, com uma estimativa de 60% da província estando sob título mineral.¹³ No caso da mina de Benga, antes da mudança, as pessoas viviam ao longo das margens férteis dos rios Zambeze e Revubóé, perto a cidade de Moatize (ver Mapa 1). Este local forneceu a base para um sistema modesto, mas ainda assim estável de subsistência para os seus residentes. De acordo com o PAR, solos de qualidade moderada à boa são típicos de planície de inundação. A planície de inundação é amplamente utilizada para a agricultura de subsistência de sequeiro, principalmente de milho nas baixas, e as zonas altas são utilizadas para o sorgo e a mexoeira e pastagem para bovinos e caprinos. Para ceder lugar a mina de Benga, as pessoas foram transferidas para Mualadzi, uma área remota e árida localizada a aproximadamente 50 km de distância do rio, da cidade de Moatize, e das casas em Capanga.

Em Mualadzi, as famílias reassentadas fazem agricultura em solo de baixa qualidade com um abastecimento inseguro de água. De acordo com o PAR, a área tem solos com baixa fertilidade natural que são rasos e pedregosos, de drenagem rápida e são propensos à erosão. O PAR afirma que os fertilizantes serão necessários para melhorar os solos. Também sugere serviços de extensão agrícola para a introdução de novas culturas e novos métodos de produção que serão necessários para garantir a produtividade. Em Mualadzi, as famílias reassentadas também têm o acesso reduzido ao mercado e à oportunidades de emprego. A pobreza e a incerteza faziam parte da vida nas margens dos rios Zambeze e Revubóé, mas a maioria das pessoas, entrevistadas para este estudo, reportaram que estão numa situação mais precária do que eram antes. Como a Seção 4 deste relatório destaca, a experiência da maioria é que as famílias reassentadas estão em situação pior do que antes do reassentamento, e enfrentam um futuro incerto.

⁶ As Fases II e III foram originalmente planificadas para ocorrer simultaneamente.

⁷ A Riversdale Mining manteve a pessoa jurídica (integralmente detida pela Rio Tinto Plc) englobando a Rio Tinto Benga Mauritius Ltd, dos quais 65% era propriedade da Rio Tinto e 35% da Tata Steel. A Rio Tinto Benga Limitada era uma subsidiária da Rio Tinto Benga Mauritius Ltd, e parte dum grupo de empresas da Rio Tinto em Moçambique conhecido como Rio Tinto Coal Moçambique. A aquisição da Riversdale também incluiu outras licenças de exploração em Moçambique, com os projectos de Zambeze e de Tete Leste, e a mina de Zululand Antracite Colliery na África do Sul.

⁸ O reassentamento urbano não está localizado em Mualadzi e tem centra-se no emprego urbano e habitação pequena, com pequenas parcelas (em vez de campos) e o uso e/ou reabilitação de infra-estruturas de construção e serviços. Em contraste, o reassentamento rural em Mualadzi é caracterizado por habitação em área remota, com espaço para a agricultura de subsistência e a pecuária.

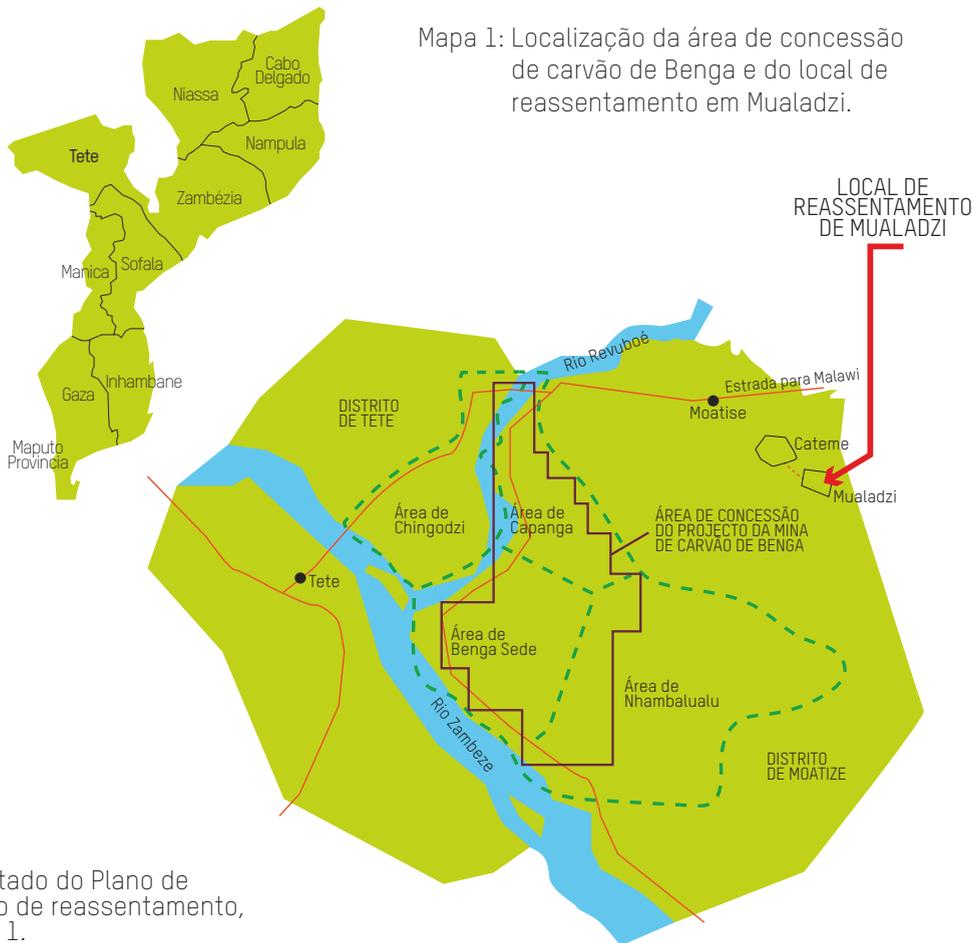
⁹ A ICVL é uma empresa de *joint venture* constituída na Índia e mandatada pelo Governo indiano exclusivamente para fins de aquisição de minas e activos de carvão nos territórios ultramarinos. O objectivo é garantir o carvão de coque a longo prazo para responder às necessidades de crescimento das empresas siderúrgicas indianas. Estas empresas estão entre as maiores entidades detidas pelos Governo da Índia, incluindo Steel Authority of India Limited, Coal India Limited, Rashtriya Ispat Nigam Limited, Minerais National Development Corporation Limited e National Thermal Power Corporation Limited. Informações sobre a ICVL estão disponíveis em: <http://icvl.in/>

¹⁰ Rio Tinto. (2014) *Media release: Rio Tinto agrees sale of coal assets in Mozambique*. Disponível em: http://www.riotinto.com/documents/140730_Rio_Tinto_agrees_sale_of_coal_assets_in_Mozambique.pdf

¹¹ Rio Tinto. (2011) *Annual Report*. Disponível em: <http://www.riotinto.com/annualreport2011/>

¹² Das, K. (2014) *India group ICVL to nearly triple coal output from mine bought from Rio Tinto*. Reuters. Disponível em: <http://in.reuters.com/article/2014/07/31/uk-rio-tinto-plc-mozambique-icvl-idINKBN0G02FH20140731>

¹³ O registo de mineração de Moçambique em Outubro 2012 estabelece que as concessões mineiras e licenças de exploração na província de Tete cobrem cerca de 34% do território da província. Veja: <http://portals.flexicadastre.com/mozambique/en/>. Um relatório da *Human Rights Watch* de 2013 indica que, quando os pedidos de aprovação pendentes são considerados, aproximadamente 60% (do território) de Tete está sob concessão. Human Rights Watch. (2013) *What is a House Without Food? Mozambique's Coal Mining Boom and Resettlement*. Washington DC: Human Rights Watch. Disponível em: <http://www.hrw.org/reports/2013/05/23/what-house-without-food>



Mapa 1: Localização da área de concessão de carvão de Benga e do local de reassentamento em Mualadzi.

Fonte: Adaptado do Plano de acção de reassentamento, Mapa 1.

1.1 Financiamento

O financiamento do Centro internacional de mineração para o desenvolvimento (IM4DC) permitiu a realização deste estudo. Contribuições significativas em espécie foram fornecidas pela Oxfam e o Centro para a responsabilidade social na Mineração (CSR) na forma de tempo de pessoal.¹⁴ O CSR trabalha em estreita colaboração com as empresas de mineração e tem uma parceria de pesquisa de seis anos com a Rio Tinto. Contudo, não houve fundos, da empresa, utilizados para esta pesquisa. A Rio Tinto não forneceu qualquer dinheiro ou assistência em espécie, para efeitos da realização deste estudo e não tem acesso a qualquer um dos dados brutos de entrevista colectados para este projecto, apenas os resultados agregados. A Oxfam não recebeu qualquer financiamento, a partir de qualquer empresa de petróleo, gás ou mineração para os fins deste estudo.

Este estudo baseia-se num estudo de escopo realizado previamente pelo Oxfam, em Tete em Março de 2013, com destaque para o período de 18 meses de relacionamento da Oxfam com a Rio Tinto, antes deste estudo iniciar. Este pretende discutir questões de interesse sobre o reassentamento das populações deslocadas pela mina de Benga. O financiamento para este estudo foi assegurado e a pesquisa começou antes da venda da mina Benga pela Rio Tinto para ICVL.

1.2 Objectivos e abordagem do estudo

Este estudo da Oxfam-CSR tem três objectivos. O primeiro objectivo é compreender as experiências das pessoas - especialmente das mulheres - de deslocamento e reassentamento, induzidos pela mineração na província de Tete, em Moçambique. O estudo centra-se na captação de vozes de pessoas reassentadas que foram movidas pela Rio Tinto, na fase dois do reassentamento da mina de Benga, aproximadamente 18 meses depois que foram realocadas de Capanga para Mualadzi. A Rio Tinto reassentou o maior número de pessoas nesta segunda fase e, como tal, é o foco deste estudo. Em Novembro de 2014, a equipe de estudo concluiu 21 entrevistas individuais em profundidade e quatro grupos de discussão com 37 pessoas, em Mualadzi. Os critérios de selecção garantiram que uma diversidade de pessoas reassentadas pudesse participar. As entrevistas com estas 58 pessoas são o foco do estudo e constituem a amostra principal.

Enquanto em Tete, a equipe de pesquisa da Oxfam-CSR completou mais 10 entrevistas com representantes de organizações não-governamentais (ONGs) locais, funcionários do governo e a equipe de relações comunitárias da ICVL. Fora de Tete, outras sete entrevistas foram realizadas com ONGs internacionais. Também, foram realizadas discussões com representantes corporativos da

¹⁴ O Centro internacional para Mineração e Desenvolvimento (IM4DC) é parte da *Iniciativa Mineração para o Desenvolvimento* do governo australiano cuja missão é apoiar os países para "maximizar os seus benefícios económicos provenientes do sector de extractivos duma forma socialmente e ambientalmente sustentável". O Departamento australiano de Relações Exteriores e Comércio (DFAT) é o único financiador do IM4DC. Veja a Secção 7 deste relatório para obter informações sobre a equipe de estudo.

Rio Tinto, consultores de empresas e outros pesquisadores familiarizados com o caso Mualadzi.

O estudo não pretende ser representativo de experiências de reassentamento pela província de Tete ou oferecer perspectivas de todos os grupos de interessados. Também não afirma ser representativa da experiência da segunda fase do reassentamento. A pesquisa foi desenhada para capturar as histórias, perspectivas e experiências vividas por algumas das pessoas mais marginalizadas e vulneráveis na comunidade, e assegurar que as vozes de diferentes mulheres sejam incluídas. Este relatório defende que a prova de qualquer sucesso no reassentamento não é se a maioria dos reassentados adaptaram-se ou consideram-se em melhor situação, mas como os mais marginalizados e vulneráveis têm se saído, uma vez que este é o lugar onde o risco de violações de direitos humanos é maior.

O segundo objectivo é apoiar as pessoas das comunidades afectadas e organizações locais da sociedade civil para realizar a pesquisa e relacionar-se para com as empresas de mineração e o governo, para garantir que as comunidades afectadas desfrutem dos seus direitos. O estudo foi realizado em colaboração com duas organizações locais, a União provincial de Camponeses de Tete (UPTC) e a Associação de apoio e assistência jurídica às comunidades (AAAJC). Isto envolveu uma abordagem colaborativa para o desenho do estudo, o trabalho de campo e a sua análise. A equipe do estudo trabalhou junta para desenvolver as recomendações sobre como os diferentes actores podem enfrentar os impactos e os riscos imediatos de reassentamento e

considerar como, uma situação como Mualadzi, pode ser evitada no futuro.

Existem poucos estudos empíricos disponíveis para orientar os governos, políticos, empresas e instituições financeiras internacionais (IFI) no desenvolvimento de soluções para os tipos de desafios descritos neste relatório. Portanto, o terceiro objectivo deste estudo é gerar um diálogo mais activo, entre os actores-chaves, sobre os riscos e impactos da mineração e do reassentamento para melhorar as políticas e as práticas. Este relatório identifica as acções que os governos e as empresas podem adoptar para garantir melhores resultados para as pessoas reassentadas pela mineração. Os resultados do estudo serão relevantes para outros desenvolvimentos industriais em Moçambique, incluindo projectos de gás em Cabo Delgado, bem como para o diálogo internacional mais amplo em torno de como melhorar a prática de reassentamento.

1.3 Estrutura do relatório

O relatório prossegue, fornecendo um pano de fundo para os dados empíricos (Secção 2), seguido de um breve resumo da metodologia de estudo (Secção 3). As vozes da comunidade, da fase dois do reassentamento da mina de Benga em Mualadzi, são apresentadas na Secção 4. O relatório, em seguida, considera as implicações mais amplas que as descobertas levantam em relação à mineração e extracção em Moçambique (Secção 5) e conclui, oferecendo uma série de recomendações destinadas a melhorar a vida das pessoas que são - e serão - afectadas pelo sector extractivo e o reassentamento em Moçambique (Secção 6).

2 O CONTEXTO DO ESTUDO

Esta seção apresenta algumas das características que definem o contexto de mineração e reassentamento em Moçambique. É um dos países mais pobres do mundo, com uma história política complexa e volátil. Enquanto o sector extractivo em Moçambique tem vindo a expandir-se rapidamente, o seu quadro regulamentar fica para trás. A capacidade do Estado para monitorar e regular a mineração e o reassentamento é limitada, como é frequentemente o caso em outras economias emergentes no sector da mineração.¹⁵ Como destacamos abaixo, uma gama de grupos da sociedade civil têm chamado a atenção para questões de mineração e reassentamento em Moçambique.¹⁶

2.1 A história de migração e deslocamento humano

A mineração e o reassentamento em Moçambique deve ser vista a luz da sua longa história de migração humana. O padrões iniciais de deslocamento têm sido associados à natureza brutal do comércio de escravos do Leste Africano, com o seu grande alcance para o interior.¹⁷ O estabelecimento de Tete foi um importante centro de comércio Swahili, mesmo antes da era colonial portuguesa. Os exploradores portugueses viajaram para o interior, ao longo do rio Zambeze, em busca de ouro e marfim, fixando-se em Tete em 1531.¹⁸

A partir de 1800, as populações nativas foram expulsas à força das suas terras para permitir o estabelecimento de indústrias coloniais, incluindo agronegócio e extracção mineral. Empresas privadas encartadas lideraram a expansão, sob um mandato colonial para desempenhar funções estatais, tais como a cobrança de impostos. A

¹⁵Vo, M. e Brereton, D. (2014) *Involuntary Resettlement in the Extractives Industries: Lessons from a Vietnamese Mining Project*. Em E. Fritriani, F. Seda e Y. Maryam (eds.) *Governance of Extractive Industries: Assessing National Experience to Inform Regional Cooperation in Southeast Asia*. p. 36-61, Jakarta: UI Press; Terminski, B. (2012) Mining-induced Displacement and Resettlement: Social Problem and Human Rights Issue. Disponível em: <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-327774>; Campbell, B. (ed). (2009) *Mining in Africa: Regulation and Development*. Ottawa: Pluto Press.

¹⁶Sepulveda Carmona, M. (2014) *Report of the Special Rapporteur on Extreme Poverty and Human Rights: Mission to Mozambique*. Geneva: UN Human Rights Council. Disponível em: <http://bit.ly/1nLT4ic>

¹⁷Davidson, B. (1961) *The African Slave Trade*. London: James Currey.

¹⁸Shillington, K. (ed.) (2013) *Encyclopedia of African History*. New York: Routledge.

Companhia de Moçambique, por exemplo, foi sediada na cidade da Beira, para onde o carvão da mina de Benga é enviado para os mercados estrangeiros.

Em meados dos anos 1900, Portugal - juntamente com outras nações colonizadoras - seguiu um processo de 'aldeamento dos camponeses', que envolveu, em Moçambique, o "agrupamento" de assentamentos dispersos em aldeias. Essas consolidações representaram uma estratégia de defesa, motivada politicamente para conter os guerrilheiros nacionalistas que lutavam pela independência de Moçambique.¹⁹ Moçambique ganhou a sua independência finalmente em 1975, após a qual o recém-formado Estado continuou a estratégia de agrupamento da população. Esta estratégia foi seguida a fim de defender as populações rurais contra a insurgência, durante a guerra civil, que começou em 1977 e terminou em 1992.

No momento em que a guerra civil terminou, tinha custado a vida de cerca de um milhão de pessoas. Muitas atrocidades foram cometidas contra civis, incluindo sequestros em massa de crianças de aldeias rurais.²⁰ Durante esse tempo, o corredor de Tete, também conhecido como o "a corrida de Tete", viu uma luta armada pesada e o uso generalizado de minas terrestres. A estrada entre Tete e o Malawi (onde o reassentamento de Mualadzi está localizado hoje) foi minada com explosivos, como era a linha férrea de Moatize. Os actos repetidos de sabotagem fecharam a linha férrea de 1984 a 1992. Além do deslocamento interno em massa, cerca de 700 mil refugiados moçambicanos fugiram para Malawi, de onde retornaram mais tarde para a província de Tete. Muitos foram recebidos temporariamente num centro de refugiados em Moatize, enquanto a desminagem das zonas circunvizinhas começou em 1993.²¹ Em 2000, as pessoas se estabeleceram ao longo dos rios Zambeze e Revubó e foram deslocadas de novo, desta vez, devido a graves inundações.

No período pós-conflito, o padrão de deslocamento interno para fins da expansão do mercado e dos mega projectos tem sido um pouco revivido. Está sendo activado por investimento directo estrangeiro na mineração, gás e outros megaprojectos como o agronegócio e as infra estruturas. O padrão migratório varia de deslocamento isolado dum pequeno número de famílias para o deslocamento forçado de comunidades inteiras de milhares de pessoas. Ao longo da história de Moçambique, os padrões de migração foram predominantemente geridos pelo Estado nacional (mesmo em suas formas iniciais), e por actores estrangeiros -empresas, investidores e doadores. Isto continua nos dias de hoje.

2.2 O desenvolvimento humano em Moçambique

No final da guerra civil em 1992, Moçambique foi considerado o país mais pobre do mundo, com uma dívida externa de quase 200% de seu produto interno bruto (PIB). De acordo com os dados do Banco Mundial a partir de 2010, 80% da população vivia na pobreza, e a taxa de inflação anual foi de 50%.²² Em 2013, Moçambique classificou-se no 178 lugar sobre 187 no Índice de desenvolvimento humano da ONU (IDH-HDI).²³ O Índice multidimensional de pobreza (MPI) mede o empobrecimento à nível das famílias, centrando-se em indicadores-chave na educação, saúde e padrões de vida. Em 2011, o MPI indicou que 70,2% da população de Moçambique é multidimensionalmente pobre, com mais 14,8% chegando a pobreza multidimensional, com uma pontuação de 0,39. Tanto o IDH e do MPI fornecem fortes indicadores de vulnerabilidade sistémica neste contexto operacional em particular.

Em 2013, a esperança média de vida ao nascer era de 50,3, e a média de anos de escolaridade sendo de 9,5.²⁴ No mesmo ano, o PIB por pessoa foi estimado em US \$ 605 por ano.²⁵ Moçambique registou o valor de 0,582 no Índice sobre a desigualdade de género (IEG-GII), ocupando o 125º lugar entre 148 países. Os dados desagregados por género indica que as mulheres, especialmente nas áreas rurais, são mais desfavorecidas do que os homens. Moçambique é esmagadoramente uma sociedade agrária, com 70% da população a depender da agricultura de subsistência para as suas necessidades básicas, com apenas 35% da população total tendo acesso à água potável.

Enquanto não se classifica bem em termos absolutos, Moçambique tornou-se mais recentemente uma das economias de mais rápido crescimento no continente Africano, com um crescimento médio do PIB de 7% entre 2004 e 2013.²⁶ Este crescimento tem sido, em grande parte, impulsionado pelos mega projectos de capital intensivo, o forte desenvolvimento das indústrias extractivas.²⁷ O tamanho total do sector extractivo (incluindo petróleo e gás) cresceu 22% em 2013. Este rápido crescimento é principalmente devido a um aumento na produção de carvão, que aumentou para 7,5 milhões de toneladas em 2013, em comparação com 4,8 milhões de toneladas no ano anterior.²⁸ O sector extractivo actualmente responde por 5% do PIB, o que deverá aumentar para 10% até 2017.

A natureza de capital intensivo da economia em Moçambique criou empregos limitados até à data, e até agora tem tido

¹⁹ Vines, A. (1994) *Landmines in Mozambique*. New York: Human Rights Watch. Disponível em: <http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/MOZAMB943.pdf>

²⁰ Gersony, R. (1988) *Mozambique: Refugee Accounts of Principally Conflict Related Experiences in Mozambique*. Washington DC: US Department of State.

²¹ Ibid nota 20.

²² República de Moçambique. (2010) *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. Disponível em http://www.undp.org/content/dam/undp/library/MDG/English/MDG20%Country%20Reports/Mozambique/Mozambique_september2010.pdf

²³ UNDP. (2013) *Human Development Report*. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/Country-Profiles/MOZ.pdf>

²⁴ UNDP. (2014) *Human Development Report*. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/MOZ.pdf

²⁵ Calculado na base dos dados do Banco Mundial. World Bank. (2015) *Mozambique: World Development Indicators*. Washington DC: The World Bank IBRD-IDA. Disponível em: http://data.worldbank.org/country/mozambique#cp_wdi

²⁶ Ibid nota 25.

²⁷ No sector de petróleo, a Sasol com sede na África do Sul está a produzir gás desde 2004. Estima-se que os campos no alto mar (*offshore*) de Moçambique contém em conjunto 150 triliões de pés cúbicos de gás. As negociações entre os investidores internacionais - incluindo a empresa norte-americana de petróleo Anadarko e a ENI da Itália - e o governo para construir uma fábrica de liquefacção de gás natural (LGN) de US \$ 40 bilhões, na província de Cabo Delgado estavam em andamento no momento do estudo da Oxfam-CSRM.

²⁸ Almeida-Santos, A., Monge Roffarello, L., e Filipe, M. (2014) *Moçambique*. Economic Outlook Africano. Disponível em: http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/2014/PDF/CN_Long_EN/Mozambique_EN.pdf

um impacto limitado na redução da pobreza.²⁹ Em 2014, a despesa total em saúde como percentagem do PIB foi de 6,4% e 5% para a educação.³⁰ A falta de recursos para os serviços sociais essenciais torna difícil para o país de conter a epidemia de HIV generalizada, o que prejudica os progressos no desenvolvimento humano.³¹ Estudos recentes concluíram que os trabalhadores mineiros migrantes, do sexo masculino, a partir de Moçambique são considerados uma população com alto risco de infecção pelo HIV, como também é o caso dos trabalhadores mineiros migrantes, do sexo masculino, em outros países africanos.³²

A pesquisa também destaca que as mulheres estão particularmente em risco de sofrer dos efeitos negativos da mineração. Por exemplo, onde há uma forte dependência de uma força de trabalho temporária do sexo masculino, como é normalmente o caso durante a construção, as mulheres estão expostas a riscos de saúde e de segurança reforçados, como a violência sexual, doenças sexualmente transmissíveis e aumento do abuso de álcool na comunidade. Além disso, é mais difícil para as mulheres acederem aos benefícios económicos que a mineração pode trazer, na forma de empregos e oportunidades de negócios. Em suma, os impactos das operações de mineração não são neutros em relação ao género. As mulheres podem experimentar as consequências directas e indirectas da mineração em diferentes, e muitas vezes, mais pronunciadas formas de que os homens. Muitas das vezes, pouca atenção é dispensada à análise e planificação do género nas operações de mineração.³³

2.3 O clima político contemporâneo

O clima político no momento do estudo foi volátil. As eleições, fortemente contestadas tinham sido realizadas no mês anterior ao estudo, em que o ex-movimento rebelde encenou um retorno significativo a oposição política. Na província de Tete, o partido no poder, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) recebeu menos votos na eleição presidencial do que o candidato líder da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), Afonso Dhlakama.³⁴ A FRELIMO teve uma estreita vitória parlamentar de 48% contra 46%

da RENAMO. A província foi anteriormente uma fortaleza da FRELIMO, com uma maioria de 87,2%, nas eleições parlamentares de 2009.

Nos 18 meses que antecederam as eleições, a retomada de ataques armados pela RENAMO nos principais corredores de transporte levantou o espectro de insurgência norte-sul em Moçambique, duas décadas após o fim da guerra civil. A Rio Tinto suspendeu o transporte de carvão da mina de Benga, em Junho de 2013, por exemplo, depois da RENAMO ter ameaçado interromper a linha férrea de Sena, que liga Tete ao porto de Beira. A imprensa estabeleceu uma ligação entre as receitas geradas pela mineração para o Governo de Moçambique e as ataques oportunistas sobre a infra-estrutura rodoviária e ferroviária, por parte de grupos que acreditam que estão sendo excluídos dos benefícios do boom extractivos.³⁵ Logo antes do início do estudo, houve relatos de intimidação e distúrbios relacionados com as eleições. Seis pessoas foram presas em Tete, por exemplo, depois de um certo número de assembleias de voto e material de votação ter sido queimado.³⁶

2.4 O enquadramento legal para o reassentamento no contexto da mineração

Vários instrumentos jurídicos definem os requisitos para o reassentamento no contexto de mineração em Moçambique. Esses instrumentos incluem a Lei de Terras (1997), a Lei de Ordenamento do Território (2007), da Lei de Minas (2014), e um Decreto de Reassentamento (2012).³⁷ Os requisitos mais recentes estabelecidos na nova Lei de Mineração e o Decreto de reassentamento podem ser interpretados como uma tentativa por parte do Estado para responder à natureza rápida do crescimento económico em Moçambique e a uma série de desafios de reassentamento bem documentados na província de Tete.³⁸ De facto, alguns comentadores internacionais percebiam essas respostas como sendo uma tentativa de reequilibrar as condições em que as actividades de mineração são realizadas, a favor do Estado nacional e das comunidades locais.³⁹ De acordo com um Estado de Direito, nem a nova Lei de Mineração, nem o decreto aplicam-se retroativamente.⁴⁰

²⁹ Ibid nota 25.

³⁰ World Health Organization. (2015). *Mozambique Profile*. World Health Organization. Disponível em: <http://www.who.int/countries/moz/en/>

³¹ Ibid nota 23.

³² Sema Baltazar, C., Young, P., Inguane, C., Friede, C., Horth, R., e Fisher, RH (2013) *HIV prevalence and risk factors among Mozambican Mine workers working in South Africa, 2012*. Presented at IAS 2013 - Kuala Lumpur, Malaysia. Disponível em: http://globalhealthsciences.ucsf.edu/sites/default/files/content/pphg/posters/Miners_IAS.pdf

³³ Oxfam (2009) *Women, Communities and Mining: The Gender Impacts of Mining and the Role of Gender Impact Assessment*. Melbourne: Oxfam Australia. Disponível em: <http://resources.oxfam.org.au/pages/view.php?ref=460>; Rio Tinto. (2009) *Why Gender Matters: A Resource Guide for Integrating Gender Considerations into Community Work at Rio Tinto*. Disponível em: http://www.riotinto.com/documents/ReportsPublications/Rio_Tinto_gender_guide.pdf

³⁴ Moçambique está governado pela FRELIMO desde a independência em 1975, seguindo políticas socialistas, até o início dos anos 1990. A RENAMO foi estabelecida como uma organização anticomunista e contra-revolucionária em 1975, com o apoio do governo Rhodesiano branco e, durante a guerra civil que se seguiu, a partir do regime de apartheid na África do Sul. O seu líder Dhlakama perdeu todas as eleições presidenciais desde 1994, e o seu partido foi considerado uma força gasta até as eleições deste ano.

³⁵ BBC (2013) *Rio Tinto suspends coal export from Mozambique*. BBC News Business. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/business-23065597>; Daly, J. (2013) *Moçambique Guerrillas threaten country's energy infrastructure*. Disponível em: <http://oilprice.com/Geopolitics/Africa/Mozambique-Guerrillas-Threaten-Countries-Energy-Infrastructure.html>

³⁶ Njanji, S., e Jackson, J. (2014) *RENAMO rejects election results*. Agence-France Presse, Maputo. Disponível em: <http://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-opposition-renamo-rejects-election-results>

³⁷ Lei de Terra Lei nº 19/97, 07 de Outubro de 1997; Regulamento da Lei de Terra, Decreto nº 66/98, 08 de Dezembro de 1998; Lei sobre Ordenamento do Território, a Lei nº 19/2007, de 18 Julho de 2007; Regulamento sobre Ordenamento do Território, o Decreto nº 23/2008, 01 de Julho de 2008; Lei de Mineração, a Lei nº 20/2014, 18 de Agosto de 2014; Regulamento de Reassentamento, Decreto nº 31/2012, 08 de Agosto de 2012. Embora estes sejam o conjunto mais relevante de leis para os fins deste estudo, outras leis e regulamentos aplicam-se às actividades de mineração, especialmente a lei fiscal para a mineração e a regulamentação ambiental.

³⁸ A Lei de Minas, lei nº 20/2014 de 18 de Agosto de 2014 entrou em vigor em Moçambique em 18 de Agosto de 2014, substituindo a Lei de Minas anterior nº 14/2002, de 26 de Junho de 2002 (com excepção dos contratos de mineração já em vigor antes do 22 de Agosto de 2014). Lei de Mineração. Lei nº 14/2002, 26 de Junho de 2002. Disponível em: <http://www.osall.org.za/docs/2011/03/Mozambique-Mining-Law-14-of-2002.pdf>

³⁹ Sherman e Sterling LLP. (2014) *Mozambique Mining Law: A Re-balancing Act* Project Development & Finance - Client Publication. Disponível em: <http://www.shearman.com/-/media/Files/Newsinsights/Publications/2014/10/Mozambiques-New-Mining-Law--A-ReBalancing-Act-PDF-102714.pdf>

⁴⁰ A excepção é se as empresas optam voluntariamente para o novo regime legal.

Contudo, muitos dos princípios fundamentais contidos nestes instrumentos já foram estabelecidos em leis pré-existentes.

As leis de Terra e de Ordenamento do Território estabelecem a base dos direitos de uso da terra e definem regras de compensação pela perda de terra, inclusive no contexto da mineração e reassentamento. Em Moçambique, a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida a qualquer um. Os cidadãos, as comunidades e outras entidades podem manter o direito de uso e aproveitamento da terra, através do que é conhecido como um *Direito de Uso e Aproveitamento da Terra*, ou um DUAT.⁴¹ Estas leis declaram que as comunidades locais, que ocupam a terra de boa fé e de acordo com as práticas costumeiras realizam automaticamente o direito de uso e aproveitamento da terra em perpetuidade - mesmo quando eles não possuem um título formal. Os indivíduos possuem direitos semelhantes onde a terra é utilizada para a sua casa ou exploração familiar (por exemplo, a agricultura familiar). Em termos do presente estudo, as comunidades em Benga e Capanga tinham direitos pré-existent de uso e aproveitamento da terra que ocupavam.⁴² Esses direitos só podem ser rescindidos se os promotores pagarem uma compensação justa, antes dos direitos sendo extintos pelo Estado. Ademais, essas leis e regulamentos correspondentes exigem que a compensação seja estendida além da perda de bens tangíveis e activos produtivos para cobrir a perda de bens intangíveis (por exemplo, o rompimento da coesão social), danos e perda de lucros.

A Lei de Mineração abrange uma vasta gama de assuntos relacionados com as actividades de mineração. A versão recém-aprovada reitera alguns dos princípios fundamentais consagrados nos outros instrumentos e introduz requisitos adicionais. Estes requisitos adicionais representam um esforço para esclarecer as garantias mínimas e promover a protecção dos direitos humanos das pessoas afectadas pelo projecto, enquanto ainda incentiva o investimento em projectos de mineração de grande escala. A nova lei exige, por exemplo, que as cláusulas de indemnização sejam formalizadas num memorando de entendimento entre o Estado, o promotor e a comunidade.⁴³ Na mesma linha, a lei reafirma os requisitos estabelecidos nas Leis da Terra e de Ordenamento do Território para que as comunidades sejam informadas sobre as actividades de mineração, anteriormente à concessão de autorizações.⁴⁴

O Decreto de Reassentamento abrange os requisitos para a preparação, implementação e o monitoria do reassentamento. Para além das leis de Mineração, Terra e Ordenamento do Território, o decreto define um novo conjunto de requisitos, em termos das respectivas funções e responsabilidades dos governos e dos promotores. O decreto esclarece, por exemplo, que os promotores devem produzir um PAR, enquanto anteriormente havia menos especificidade sobre o processo de planificação e suas

ligações com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Quando o reassentamento não pode ser evitado, os PARs são agora uma parte integrante do EIA. Os PARs são sujeitos a inspecções efectuadas no âmbito do papel de supervisão e monitoria do governo. O decreto também estabelece parâmetros de desempenho que exigem dos promotores restabeçam ou criem um padrão de vida igual ou superior ao padrão do pré-reassentamento. Tal como acontece com a lei de mineração, o decreto enfatiza o direito da comunidade a ser informada, consultada e a expressar a sua opinião durante todo o processo de reassentamento.

Estas diversas leis e decretos e seus respectivos regulamentos reiteram os princípios semelhantes quando relacionam com a posse consuetudinária da terra, o direito à uma indemnização justa e o direito à informação sobre a mineração e reassentamento. O grau em que as alterações mais recentes complementam as lei estabelecidas ou as contradizem não foi testado na prática. Em qualquer caso, os processos de monitoria e fiscalização continuam a representar um desafio como a capacidade reguladora não é compatível com a velocidade e a escala do crescimento das indústrias extractivas em Moçambique. Como resultado, a aplicação do quadro legal é considerado fraco.⁴⁵

2.5 O reassentamento da mina de Benga

O corte aberto da mina de carvão de Benga está localizado no distrito de Moatize, província de Tete. Tete partilha fronteiras internacionais com o Zimbabué, a Zâmbia e o Malawi e tem fronteiras internas com as províncias de Manica, Sofala e Zambézia. A mina de Benga está localizada ao sul do rio Revuboe e ao leste do rio Zambeze. Tete também abriga as operações de propriedade da empresa indiana Jindal e da gigante mineiradora brasileira Vale, entre outros operadores mais pequenos. A comunidade de reassentamento de Mualadzi faz fronteira com a comunidade de Cateme, que compreende 716 famílias que foram realocizadas para deixar o lugar para a mina de Moatize da Vale.⁴⁶ Mualadzi fica a 50 quilómetros a leste norte de Capanga.

A identificação dum local de reassentamento é um factor crítico na obtenção de resultados de reassentamento “bem sucedidos”, incluindo a restauração dos meios de vida. No caso da mina de Benga, o PAR indica que oito locais de reinstalação foram considerados. Dois deles estavam livres de quaisquer licenças de exploração, um dos quais era Mualadzi. Os factores que determinam se um determinado local é ou não adequado para o reassentamento incluem o tamanho da terra disponível, o potencial de produtividade da terra, o abastecimento de água adequado, o acesso a meios de vida não-agrícolas e a segurança da posse da terra. Contudo, esses factores não parecem orientar a selecção de locais de reassentamento em Tete - responsabilidade assente com o Governo moçambicano. A velocidade e escala do desenvolvimento da mineração nesta área, bem como

⁴¹ In English, the translation is ‘right to use and benefit from the land’.

⁴² Estes direitos existem de acordo com normas e práticas costumeiras, sem ter documentos de títulos oficiais.

⁴³ Artigos 30-31 da Lei de Minas (Lei no 20/2014 de 18 de Agosto de 2014).

⁴⁴ Artigo 32 da Lei de Minas (Lei no 20/2014 de 18 de Agosto de 2014).

⁴⁵ Aaboe, E., e Kring, T. (2013) *Natural Resource Management and Extractive Industries in Mozambique: a UN Mozambique Study*. Maputo: PNUD, [P. 68]. Disponível em: <http://mz.one.un.org/eng/Resources/Publications/Natural-Resource-Management-and-Extractive-Industries-in-Mozambique-A-UN-Mozambique-Study>

⁴⁶ A Vale reassentou outras famílias em áreas urbanas. O número total de famílias reassentadas foi de 1.365. Ibid nota 13, p.44.

a emissão rápida e extensa de licenças e concessões, sugerem que a disponibilidade de terras, ao invés da adequação, é o principal factor a influenciar as decisões do governo sobre a escolha do local. Este é o caso para Mualadzi.

Após a aquisição da Riversdale, a Rio Tinto indicou que a mina de Benga estaria sujeita ao seu conjunto completo de compromissos políticos corporativos, incluindo o seu *Guião de Conduta de Negócios* e as suas políticas sobre os direitos humanos e as comunidades.⁴⁷ No entanto, as empresas adquiridas têm 18 meses para cumprir com os padrões corporativos aplicáveis às comunidades, incluindo a realização duma avaliação de impacto dos direitos humanos (HRIA). Como membro fundador do Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM), a Rio Tinto também precisa de implementar o padrão sobre o Desenvolvimento sustentável do ICMM. Isso inclui a integração dum conjunto de 10 princípios emblemáticos e de seis declarações de posição de suporte nas suas políticas corporativas. O ICMM não dispõe actualmente duma declaração de posição sobre o reassentamento como faz para outras áreas temáticas-chave, como *Os Povos indígenas e a Mineração, Parcerias em mineração para o Desenvolvimento e Mineração em Áreas Protegidas*.⁴⁸ Os princípios simplesmente exigem que as empresas associadas “minimizem o reassentamento involuntário e compensem de forma justa as comunidades pelos efeitos adversos que não podem ser evitados”.

Sobre a questão do reassentamento, o padrão sobre as comunidades da Rio Tinto (*Rio Tinto's Community Standard*) afirma: “O objectivo do reassentamento é que os meios de vida dos reassentados será melhorado a longo prazo. Nossa intenção é que as pessoas reassentadas tenham uma situação melhor ao longo do tempo como resultado do reassentamento –segundo a sua própria avaliação e análise de peritos externos.” As orientações mais detalhadas, da Rio Tinto, sobre o reassentamento e a compensação, delineiam uma série de princípios fundamentais para o reassentamento de sucesso, incluindo que os “programas de melhoramento dos meios de vida estão acordados com as comunidades hospedeiras e reassentadas, antes do reassentamento” e, ainda mais, que haverá “monitoria em tempo real das actividades de meios de vida e de produção, durante o período de reassentamento para garantir que não aparecem lacunas na produção, na segurança alimentar e nos rendimentos”.⁴⁹

O padrão da Rio Tinto se refere ao Padrão de desempenho no 5, da Corporação financeira internacional (IFC PS5), sobre Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário

(2012). O IFC PS5 visa evitar o deslocamento involuntário ou evicção, e para antecipar, evitar e minimizar os impactos sociais e económicos adversos, incluindo, garantindo que as actividades de reassentamento sejam implementadas com a divulgação de informação, consulta e participação das pessoas afectadas pelo projecto. No que diz respeito à restauração dos meios de vida, o IFC PS5 exige que os meios de vida das pessoas deslocadas estejam “restaurados ou melhorados”.⁵⁰ O PAR inicial, preparado pela Riversdale, afirma estar alinhado com o IFC PS5.⁵¹

O PAR original da Riversdale continua em vigor. Como uma actualização formal não tenha sido apresentada ao governo, o PAR actual (ao qual está vinculado a ICVL) não reflecte tanto os atrasos de programação ou números reais de famílias reassentadas, que se tornou 40% maior do que as estimativas originais. Também não reflecte os riscos de reassentamento que os representantes da Rio Tinto disseram à equipe do estudo, tê-los identificado e respondido, nos processos de *due diligence* da empresa, durante a aquisição e o período pós-aquisição.⁵² Os representantes da Rio Tinto indicaram que tinham ido além do PAR para tratar de questões de restauração de meios de vida e alinhado a sua prática do reassentamento com os seus padrões corporativos. No entanto, não foi possível verificar formalmente isto. A equipe de pesquisa não teve acesso ou não foi fornecida à documentação de apoio (por exemplo, avaliações de risco, planos de programa ou orçamentos revistos) para confirmar estas declarações.

Pesquisa prévia sobre a mina de Benga sugere que as lacunas significativas de desempenho social deveriam ter sido conhecidas no momento em que a Rio Tinto assumiu a responsabilidade pela gestão da mina, através de seu próprio processo de *due diligence*. A prática de reassentamento em Tete recebeu fortes críticas de grupos da sociedade civil, em 2012, logo após a aquisição da Riversdale pela Rio Tinto. Dois relatórios com foco em mineração e reassentamento, em Moçambique, foram publicados: *Carvão Versus Comunidades: exposição das más práticas da Vale e Rio Tinto em Moçambique*, relatório da Southern Africa Resource Watch; e *O que é uma casa sem comida? O boom da mineração de carvão e reassentamento em Moçambique* – pela Human Rights Watch.⁵³ Estes relatórios chamaram a atenção para questões de insegurança alimentar e de água, a habitação de má qualidade e falta de infra-estruturas, falta de emprego e de oportunidades de desenvolvimento económico, inclusive na mina de Benga. Os relatórios seguiram-se a uma série de protestos de pessoas reassentadas pela Vale para Cateme. Os manifestantes bloquearam a linha férrea de

⁴⁷ A lista completa das políticas, normas e orientações da Rio Tinto está disponível em: <http://www.riotinto.com/aboutus/policies-standards-and-guidance-5243.aspx>

⁴⁸ Para uma visão geral do quadro de Desenvolvimento Sustentável do ICMM, incluindo uma lista de Declarações de posição, consulte: <http://www.icmm.com/our-work/sustainable-development-framework>

⁴⁹ Rio Tinto. (2011) *Resettlement Guidance*. Disponível em: http://www.riotinto.com/documents/Resettlement_guidance_2011_2014.pdf A Rio Tinto tem notas de orientação sobre género, remuneração e benefícios, queixas e reclamações da comunidade, entre outros.

⁵⁰ IFC. (2012) *Performance Standard 5: Land Acquisition and Involuntary Resettlement*. International Finance Corporation. Washington DC: IFC. Disponível em: http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/3d82c70049a79073b82cfaa8c6a8312a/PS5_English_2012.pdf?MOD=AJPERES

⁵¹ O PAR inicial faz referência à versão anterior do IFC PS5 de 2006. Ibid nota 4.

⁵² A Rio Tinto ampliou o programa de assistência alimentar, por exemplo, de 3 para 12 meses.

⁵³ Ibid nota 13; Kabemba, C. (2012) *Coal vs Communities: Exposing Poor Practices by Vale and Rio Tinto in Mozambique*. Southern Africa Resource Watch. Disponível em: <http://www.sarwatch.org/resource-insights/mozambique/coal-versus-communities-mozambique-exposing-poor-practices-vale-and-rio>

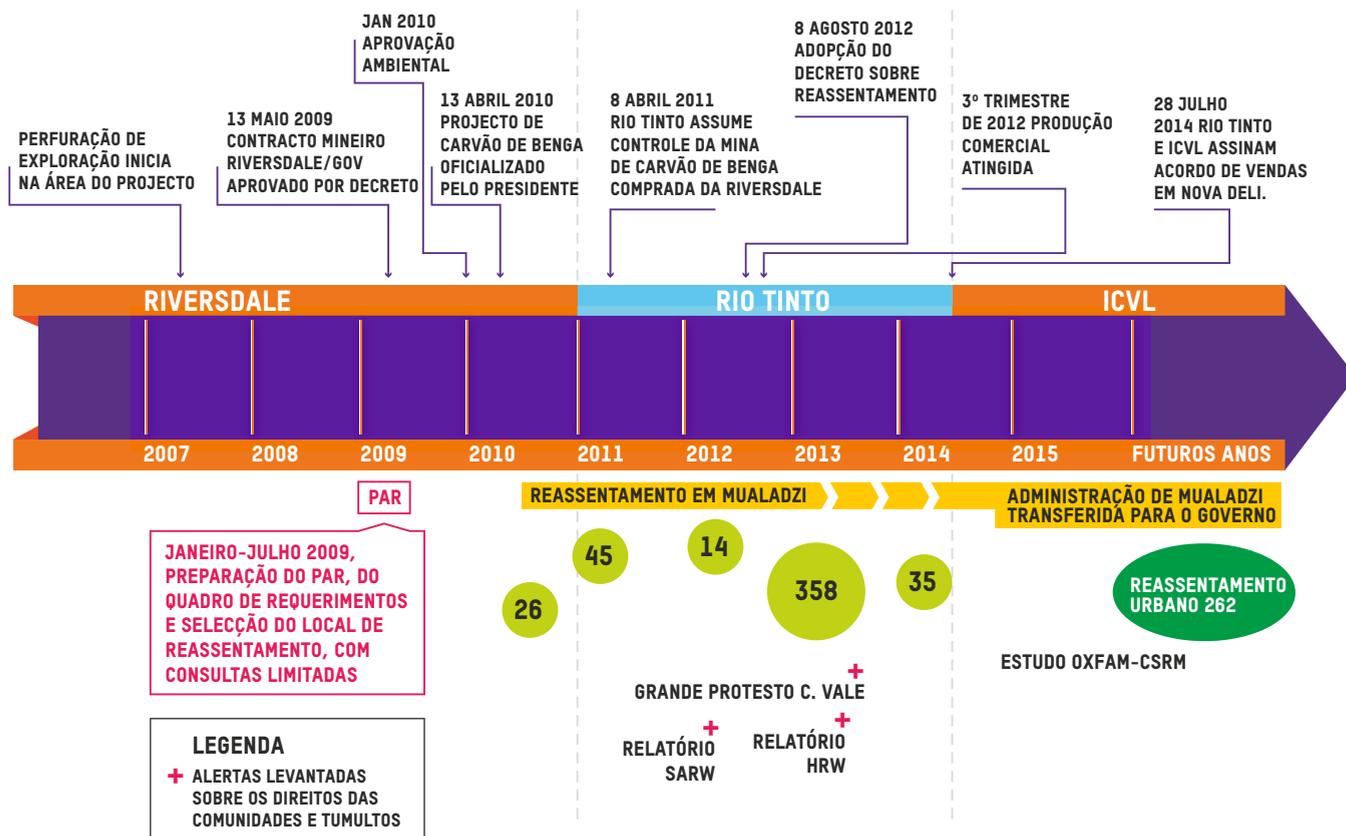


Figura 1: Linha de tempo do reassentamento

Sena que é usada para o transporte de carvão até o porto de Beira, chamando a atenção para as suas condições de vida precárias.

Para situar as vozes das pessoas reassentadas pela Rio Tinto, sendo parte da fase dois da realocização em Mualadzi, um cronograma de eventos é apresentado a seguir na Figura 1. A Tabela 1 destaca quatro períodos distintos, incluindo:

- a preparação do PAR e início do reassentamento, sob os auspícios da Riversdale (2009-2010)
- a aquisição da Riversdale pela Rio Tinto e a continuação da implementação do plano de reassentamento (2011)
- um período em que o reassentamento continuou, sob os auspícios da Rio Tinto, cujo desempenho atraiu a atenção internacional (2012-2013); e
- a venda da mina (e outros activos) da Rio Tinto para a ICVL e o trespasse de responsabilidade para a restauração dos meios de vida e à realocização final (2014).

A Figura 2 apresenta o número de famílias reassentadas nas diferentes fases, incluindo a segunda e maior fase de reassentamento, que constitui o foco deste estudo.

Existe a possibilidade de que famílias adicionais serão reassentadas pela ICVL no futuro, se o projecto proposto de expansão do carvão de Zambese prosseguir.⁵⁴ O potencial de impacto cumulativo não se reflecte na linha do tempo.

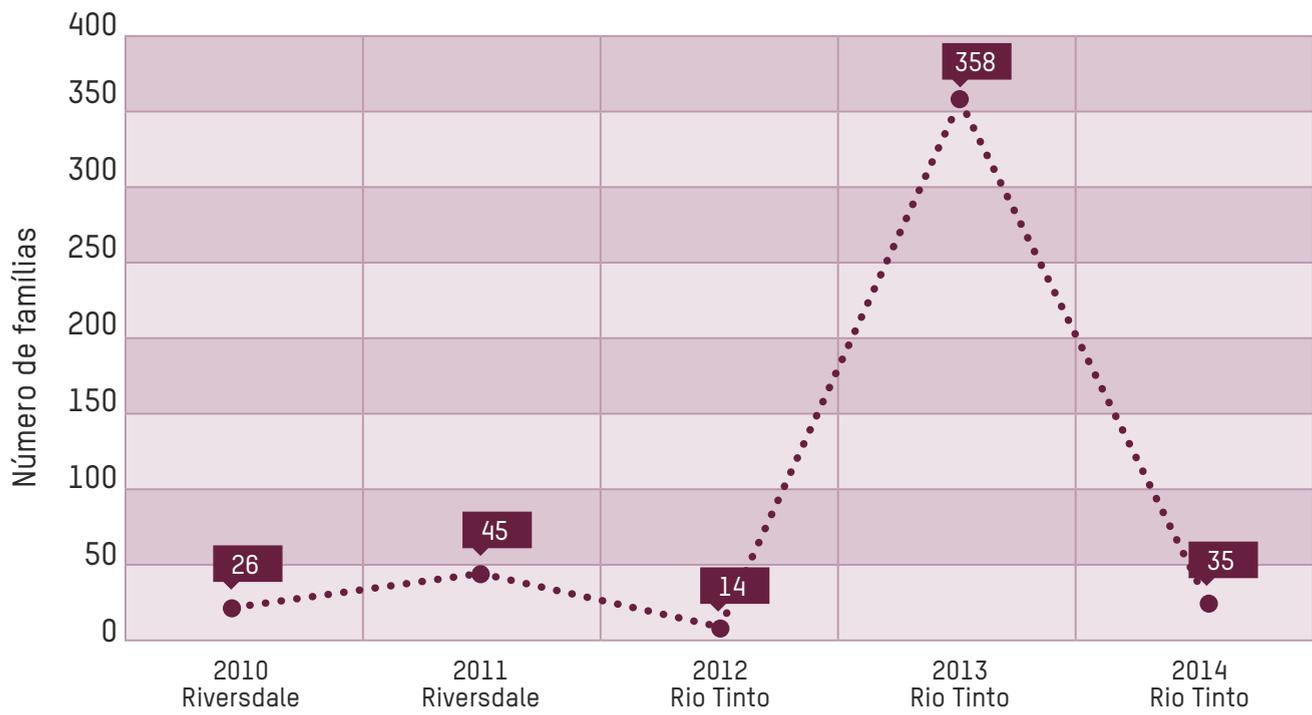
⁵⁴ A ICVL está seleccionando um consultor para completar o Plano de acção de reassentamento e a Avaliação de impacto ambiental e social e. Não foram facultadas informações quanto ao número de famílias que poderão ser reassentadas.

Tabela 1: Sumário dos principais eventos ligados à mina de carvão de Benga

1. PREPARAÇÃO DO PAR PELA RIVERSDALE. OS REASSENTAMENTOS INICIAM (2009–2010) <i>A Riversdale prepara o PAR inicial e obtém a aprovação para avançar com o reassentamento faseado das pessoas vivendo na área afectada pela mina de carvão de Benga</i>	
2009	2010
Maio: Aprovação do contrato mineiro por Decreto ministerial	Janeiro: Aprovação do PAR como parte do processo de aprovação ambiental
Janeiro a Julho: Preparação do PAR	Abril: Inauguração oficial do projecto pelo Presidente da República de Moçambique
Outubro: Apresentação do PAR ao Governo moçambicano	Novembro: A Riversdale reassenta 26 famílias para Mualadzi
2. REASSENTAMENTO CONTINUA. A RIVERSDALE ADQUIRIDA PELA RIO TINTO (2011) <i>Após a Riversdale iniciar a primeira fase do reassentamento, a Rio Tinto adquiriu a mina de Benga e outros activos</i>	
2011	
Fevereiro: A Riversdale reassenta 45 famílias em Mualadzi	
Abril: A Rio Tinto compra a Riversdale e toma o controle da mina de Benga	
3. REASSENTAMENTOS RURAIS CONTINUAM E IMPACTOS CHAMAM ATENÇÃO A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL (2012–2013) <i>Reassentamento continua com a Rio Tinto. São apresentadas preocupações sobre as condições de vida em Mualadzi, incluindo insegurança alimentar e de água</i>	
2012	2013
Janeiro: O relatório da <i>Southern Africa Resource Watch</i> levanta preocupações sobre os impactos negativos, constatados nas comunidades reassentadas pela Rio Tinto e a Vale	De 4 de Abril a 28 de Junho: Reassentamento de 358 famílias pela Rio Tinto em Mualadzi
Março: A Rio Tinto reassenta 14 famílias em Mualadzi	Maio: O relatório da <i>Human Rights Watch</i> realça os impactos de direitos humanos da mineração e reassentamento em Tete
Agosto: O Conselho de Ministros de Moçambique anunciou a adopção dum regulamento sobre reassentamentos, ocorrendo no âmbito de actividades económicas	
3º trimestre: A mina de Benga iniciou a produção comercial	
4. REASSENTAMENTOS URBANOS INICIAM ENQUANTO A RIO TINTO VENDE A MINA PARA A ICVL (2014) <i>A Rio Tinto completou as realocações rurais em Mualadzi e inicia a fase do reassentamento urbano</i>	
2011	
Março: A Rio Tinto reassente 35 famílias que previamente foram classificadas como reassentamento urbano em Mualadzi	
Julho: Acordo, entre a Rio Tinto e a ICVL, para a venda da mina de Benga e outros activos	
Outubro: Conclusão da venda a ICVL	
Novembro e depois: O reassentamento urbano ainda para ser concluído ⁵⁵	

⁵⁵ Esta reclassificação foi a pedido das famílias.

Figure 2: Número de famílias reassentadas

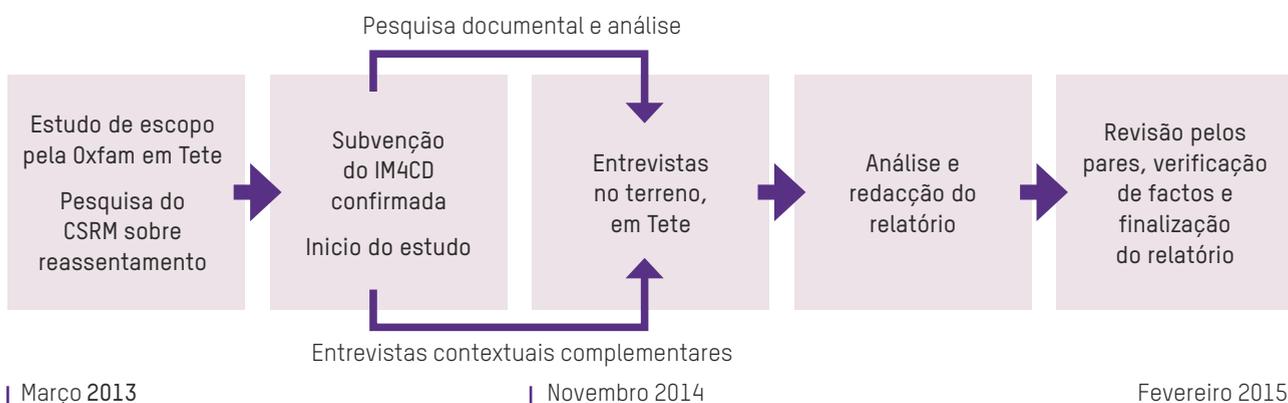


Fabricação e venda de carvão é um trabalho usual para muitas mulheres em Moçambique. É uma das oportunidades económicas que as mulheres reassentadas em Mualadzi perderam. Photo: Abbie Trayler-Smith/OxfamAUS, 2014.

3 O DESENHO DO ESTUDO

Este estudo da Oxfam-CSRSM usou um desenho de pesquisa qualitativa, abrangendo vários métodos e fontes. O processo foi sequenciado para fornecer à equipe de estudo um contexto adequado ao trabalho de campo, de uma semana em Mualadzi, em Novembro de 2014. A ferramenta de pesquisa primária consistiu em entrevistas de informantes-chave, com pessoas reassentadas, na perspectiva de enfatizar a sua “voz”. A pesquisa documental e uma série de entrevistas aprofundadas e suplementares forneceram informações adicionais. A Figura 3 fornece uma visão geral do desenho do estudo e cronograma.

Figure 3: : Desenho do estudo e cronograma



3.1 O envolvimento de parceiros locais

Este estudo foi planejado e realizado pela Oxfam, pelo CSRSM e duas organizações moçambicanas, a *Associação para Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC)* e a *União Provincial de Camponeses de Tete (UPCT)*.⁵⁶ A participação dos parceiros locais foi essencial para a concepção do estudo como um projecto de escuta participativa. Os parceiros foram identificados durante a visita de escopo inicial da Oxfam, em Tete em 2013.

Os parceiros locais contribuíram para o desenvolvimento da metodologia, dos critérios de amostragem, dos protocolos de investigação e para o recrutamento dos participantes da pesquisa. Também lideraram as entrevistas de campo para permitir que estas fossem realizadas na primeira língua dos membros da comunidade. Antes do trabalho de campo, todos os membros da equipe de pesquisa participaram num seminário para garantir uma compreensão compartilhada dos métodos de pesquisa social e da ética, incluindo os requisitos para obtenção de consentimento informado, por parte dos entrevistados.

Dada a natureza complexa da pesquisa, tanto a Oxfam como o CSRSM estiveram representados no campo, por dois membros seniores e experientes da equipe que tinha anteriormente assumido o trabalho e pesquisa em Moçambique. A Oxfam e o CSRSM providenciaram apoio em mentoria e supervisão, durante as entrevistas, para assegurar que os elevados padrões de recolha de dados fossem mantidos. As representantes do CSRSM e da Oxfam estiveram presentes durante todas as entrevistas e fizeram perguntas complementares, quando apropriado.

3.2 A pesquisa documental

A fase de pesquisa documental incidiu sobre a recolha de informações, antes do trabalho de campo. As fontes documentais incluíram o PAR, a literatura académica, artigos de notícias, comunicados de imprensa, relatórios anuais, documentos de organizações internacionais como o Banco Mundial, os relatórios da sociedade civil e o quadro legislativo e regulamentar nacional. A Rio Tinto providenciou o PAR para a equipe do estudo, a seu pedido, uma vez que não é facilmente acessível no domínio público.

Além de informações de domínio público, a equipe de estudo teve dificuldade em aceder as respostas precisas a pedidos específicos de informações sobre abordagem da Rio Tinto e da ICVL, no concernente ao reassentamento em Mualadzi. Detalhes sobre o programa de restauração de meios de vida e programas agrícolas alternativos eram particularmente difíceis de obter. De acordo com a Rio Tinto, a venda da mina de Benga como uma preocupação constante para ICVL significava que a prestação de informações era mais limitada do que em circunstâncias normais de operação. A Rio Tinto e a ICVL, no entanto, forneceram informações sobre o número de famílias reassentadas, os indicadores de referência e outras informações gerais. Também confirmaram que US \$50 milhões haviam sido gastos no programa de reassentamento rural. Este foi inicialmente estimado em US \$26,1 milhões.

Havia outros constrangimentos para a obtenção de informação de base ou contextual. A Rio Tinto não foi capaz de compartilhar qualquer parte de seu *due diligence* social para a aquisição da Riversdale, pelo facto da empresa considerar um assunto comercial estritamente confidencial.

⁵⁶ Consulte a Secção 7 para obter mais informações sobre as organizações parceiras.

Da mesma forma, os detalhes duma avaliação dos direitos humanos, realizada pelo Instituto Dinamarquês de Direitos Humanos (IDDDH-DIHR) estavam sujeitos a condições restritas de confidencialidade. Apesar do guia de direitos humanos, da Rio Tinto, defender a transparência na avaliação dos direitos humanos, a equipe de estudo não foi capaz de acessar ao estudo do DIHR, no seu todo ou em parte. A Rio Tinto explicou que o estudo foi apenas para fins de auditoria interna, apesar de um ex-representante corporativo ter indicado que a intenção era tornar disponível esta avaliação dos direitos humanos. Existem apelos crescentes por parte de grupos da sociedade civil para uma maior transparência e escrutínio independente das avaliações de direitos humanos. Num relatório recente, a *Mining Watch Canada* e a *Rights and Accountability in Development* argumentaram que há um valor limitado nas avaliações de direitos humanos, se apenas são produzidas para o consumo interno, como parte dum exercício de conformidade legal.⁵⁷ Finalmente, enquanto a Rio Tinto compartilhou um conjunto de indicadores de referência que estavam sendo usados para monitorar a implementação do PAR através de inquéritos domiciliares, não foi possível, para a equipe de estudo, discernir uma abordagem abrangente para a monitoria dos riscos de reassentamento ou dos “sucessos”. Os relatórios de monitoria não foram disponibilizados à equipe do estudo.

3.3 As entrevistas

Foram realizadas três tipos de entrevistas para este estudo:

- entrevistas para a compreensão do contexto;
- entrevistas em Mualadzi, com pessoas reassentadas pela Rio Tinto, na Fase Dois; e
- entrevistas adicionais em Tete.

A tabela abaixo apresenta uma visão geral da amostra. Cada tipo de entrevista é descrito nas secções a seguir.

Tabela 2: Quadro geral das entrevistas

Tipo de entrevistas	Homens	Mulheres	Total
Entrevistas sobre o contexto	1	6	7
Entrevistas individuais com pessoas reassentadas	11	10	21
Número de pessoas reassentadas que participaram em grupos focais	22	15	37
Entrevistas complementares	7	3	10
Sob total	41	34	75

Nota: Discussões informais foram realizadas com um número de pessoas reassentadas, na primeira fase. Estas discussões forneceram elementos de contexto valiosos para o estudo. Estas vozes não foram incluídas na Secção 4, excepto onde especificamente indicado.

3.3.1 Entrevistas sobre o contexto

As entrevistas, sobre o contexto, foram realizadas antes da visita de campo para melhorar a compreensão do contexto, pela equipe de estudo e verificar dados e outros factos. Um total de sete entrevistas foram realizadas com ONGs internacionais, representantes corporativos da Rio Tinto, consultores de empresas e outros investigadores. Estas entrevistas foram presenciais, ou via Skype, telefone e/ou correspondência de correios electrónicos, muitas vezes, envolvendo múltiplas trocas.

3.3.2 Entrevistas em Mualadzi com pessoas reassentadas na Fase Dois

As entrevistas e os grupos focais com 58 pessoas, reassentadas pela Rio Tinto na Fase Dois, representam a amostra principal do estudo. A equipe do estudo completou um total de 21 entrevistas individuais em profundidade e quatro grupos focais com 37 informantes-chave, no local de reassentamento, em Mualadzi e nos campos circundantes. Estas são as vozes apresentadas na Secção 4.

À medida que o trabalho de campo foi realizado com alto grau de visibilidade, não foi possível manter o anonimato dos entrevistados. Muitas das entrevistas individuais foram observadas por familiares ou amigos. As entrevistas em grupo atraíram outros curiosos que queriam ouvir. As pessoas que olharam, mas que não participaram na entrevista, foram registadas como “observadoras”. Além da amostra principal de 58 pessoas, entre 50 e 60 pessoas foram anotadas como observadoras, em diferentes pontos do processo de entrevista. Se bem que os observadores não pudessem dar a sua voz, em entrevistas ou grupos de

⁵⁷ Comans, C. and Feeney, T. (2014) Privatized Remedy and Human Rights: Re-thinking Project level Grievance Mechanisms. Mining Watch Canada and Rights and Accountability in Development. Toronto, Canada: Disponível em: http://www.miningwatch.ca/sites/www.miningwatch.ca/files/privatized_remedy_and_human_rights-un_forum-2014-12-01.pdf.



Ouvindo as vozes das mulheres em Mualadzi. Entrevista conduzida por Dórica Amosse Nota, União Provincial de Camponeses de Tete.
Photo: Serena Lillywhite/OxfamAUS.

discussão, a sua presença e participação fez aumentar a inclusão do processo, o que, dada a sensibilidade do tema, é por si só importante.

Critérios de selecção

A amostra principal foi seleccionada com base em critérios que facilitaram a participação dos idosos do sexo feminino e masculino, chefes de família e jovens adultos, e outras mulheres que foram movidos pelo Rio Tinto na fase dois do reassentamento, entre Abril e Junho de 2013.

A estratégia do recrutamento contou com os parceiros locais, para apresentar a equipe de estudo e explicar o contexto e objectivos aos interessados. As entrevistas foram:

- pré-arranjadas por parceiros locais de pesquisa
- pré-arranjadas por líderes da aldeia; ou
- improvisada e sem planificação (providenciado no local e com base no interesse dos entrevistados disponíveis e preencheram os critérios de selecção acordados).

Protocolos de entrevista

Conforme indicado, os dados foram recolhidos por meio de entrevistas individuais e em grupo. As entrevistas foram realizadas em língua local de Nyungwe ou em Português e traduzidas a Português ou Inglês. Um protocolo de entrevista semiestruturada foi aplicado para todas as entrevistas. As principais áreas de investigação incluem:

- mudanças ao modo de vida das pessoas
- mudanças nos meios de vida
- segurança alimentar e de água
- restauração dos meios de vida
- influência na tomada de decisão
- experiências de levantando de preocupações para com empresa e o governo; e
- expectativas para o futuro.

Em Mualadzi, as entrevistas tiveram uma duração entre uma e duas horas, e tiveram lugar tanto no quintal das casas das pessoas como em áreas de reuniões comuns, tais como as *machambas* (campos cultivados) pelas mulheres ou num alpendre (grande estrutura com telhado para reuniões comunitárias). Durante as entrevistas em Mualadzi, a equipe de estudo visitou as machambas, os campos de demonstração de cultivo, os projectos de criação de frango e porco, as instalações de bombas de água e os celeiros caseiros de alimentos.

Recolha e análise de dados

As notas detalhadas das entrevistas foram escritas à mão, e depois digitadas após a entrevista. As respostas das entrevistas foram verificadas e confirmadas durante as sessões diárias de *debriefing* da equipe de estudo. A recolha de dados foi gerida pelo CSRM.

As entrevistas foram analisadas em base de temáticas. Na secção de resultados do estudo, citações directas são usadas para apoiar pontos específicos de análise, apenas onde elas não revelam a identidade do entrevistado.

Consentimento informado

Em todos os casos, os participantes da pesquisa foram informados sobre o objectivo do estudo e convidados a dar o seu total consentimento, antes de participar. Os entrevistados foram informados de que as informações prestadas permanecerão confidenciais para a equipe de estudo da Oxfam-CSRM.

3.3.3 Entrevistas complementares em Tete

Um total de 10 entrevistas complementares foram realizadas em Tete, inclusive com ONGs locais, funcionários do governo e a equipe de relações com a comunidade da ICVL (ex-Rio Tinto).



Bebedouros construídos para o gado são utilizados para uso doméstico, devido ao abastecimento inseguro de água.
Photo: Serena Lillywhite/OxfamAUS.

3.4 Os desafios no trabalho de campo

Havia vários desafios práticos para a realização do estudo. Por exemplo, o tempo disponível para a recolha de dados no campo foi limitado a uma semana.⁵⁸ Uma estratégia utilizada para maximizar o tempo no campo foi recorrer a duas equipas paralelas de entrevistadores. A difícil disponibilidade e abertura da juventude para falar na presença de idosos também foi constrangedora. A equipa garantiu visitas às mulheres nos campos onde elas trabalhavam, para permitir a sua melhor participação, embora houvesse outras ocasiões em que as vozes das mulheres foram dominadas pelos homens. Este foi, por vezes, difícil de gerir e foi tratado com sensibilidade. As mulheres e jovens foram estimulados a falar, mas isso nem sempre foi possível.

Havia também uns desafios de língua. A tradução de Nyungwe para Inglês foi possível para uma equipa, enquanto que a outra equipa trabalhou de Nyungwe em Português e Inglês, a posterior. Em suas sessões debriefing diárias, ambas as equipas garantiram que todas as notas de entrevista foram cruzadas, para maior precisão e assegurar que as transcrições foram tão completas quanto possível.

A natureza da tradução levou a constituição de duas equipas entrevistadoras de três pessoas cada que, de vez enquando, levavam algum tempo para que os entrevistados se sentissem confortáveis e foi talvez a razão pela qual eles preferiram a presença de amigos ou outros membros da família, durante a entrevista.

Um outro desafio foi a participação de líderes comunitários. Enquanto três líderes comunitários, formalmente participaram da pesquisa, verificou-se que havia uma tensão e desconfiança perante os líderes comunitários por parte de muitas pessoas, e isso influenciou como algumas respostas foram enquadradas. Finalmente, foram feitos esforços para garantir que os entrevistados e as outras pessoas não foram postas em risco, por se envolver com a equipa do estudo. Alguns entrevistados eram ainda assim, cautelosos para expressar os seus pontos de vista. O envolvimento de parceiros locais reforçou a capacidade da equipa de estudo, na construção do relacionamento e ganhar a confiança.

⁵⁸ Enquanto a recolha de dados no terreno pode ter sido limitada a uma semana, este estudo baseia-se numa visita de escopo da Oxfam para a província de Tete, no início de 2013 e no relacionamento subsequente com representantes da Rio Tinto. Isto incluiu o diálogo com representantes corporativos na sede e no escritório sede, da Rio Tinto, através da Oxfam Moçambique. Os parceiros locais, a UPCT e AAAJC estavam familiarizados com a mineração e o reassentamento em Tete, através de seu trabalho com as comunidades locais. O CSRSM tem um programa específico de investigação sobre a mineração e reassentamento a nível mundial.



Famílias costumavam cultivar uma variedade de vegetais nas margens férteis do rio Revubóé.
Foto: ©2013 Samer Muscati/Human Rights Watch.



Campos de demonstração para a experimentação de diferentes técnicas de cultivo e cobertura vegetal. Novembro 2014.
Foto: Serena Lillywhite/Oxfam AUS.

4 AS VOZES DA COMUNIDADE DE MUALADZI: PERSPECTIVAS DAS PESSOAS REASSENTADAS

As perspectivas comunitárias documentadas nesta seção do relatório devem ser lidas no contexto da natureza involuntária do reassentamento. A pedido do Estado, as pessoas de Capanga não tiveram escolha senão se mudar para Mualadzi para deixar o lugar para a mina de Benga. Num grupo de discussão, uma mulher explicou: *“Nós fomos informados que seríamos movidos. Nós não queríamos vir. Esta é uma decisão do governo. Eles nos deram papéis dizendo que temos que mudar.”* Da mesma forma, um ancião do sexo feminino e chefe de família, disse: *“O governo nos disse que não tinha escolha. O administrador do distrito veio e disse que todo mundo tem que se mover porque o projecto está indo adiante. Não houve consulta ou discussão, apenas nos disseram a decisão que foi tomada.”*

Esta secção está estruturada da seguinte forma. A primeira e segunda secções delineiam as questões da insegurança alimentar e de água, seguida pelo assunto da perda de oportunidades económicas. A terceira secção apresenta uma série de custos assumidos pelas famílias reassentadas. As dinâmicas de fragmentação social são descritas na quarta secção. As secções cinco e seis esboçam as questões relacionadas com o acesso limitado à informação e as deficiências nos processos de remedeio, como entendidas pelas pessoas reassentadas no Fase Dois. A sétima secção captura as questões associadas à falta de confiança entre as partes interessadas, incluindo as questões que são internas à comunidade e que têm influenciado a experiência do reassentamento. A secção final abrange as questões da fraca capacidade, incluindo a capacidade das pessoas recuperar-se do trauma do reassentamento.

4.1 A insegurança alimentar e de água

4.1.1 A insegurança no abastecimento de água

Os entrevistados indicaram que a sua vida é mais precária do que era antes de chegar em Mualadzi. Os participantes afirmaram que não há água suficiente para as necessidades diárias. Antes do reassentamento, os entrevistados disseram que podiam contar com o Rio Revubóé, mesmo na estação seca. O PAR descreve uma série de questões relacionadas com a água na província de Tete, mas observa que a disponibilidade de água do rio na Capanga é confiável. Os entrevistados explicaram que em Capanga, a água para agricultura e à pecuária era bombeada do rio Revubóé até as farmas adjacentes por bombas com gerador a diesel. Também explicaram que as famílias tinham acesso confiável à água para o uso doméstico e as necessidades agrícolas. Os entrevistados disseram que em Mualadzi, a sua situação é muito diferente - citando o abastecimento de água como inadequado. Uma mulher disse: *“O sistema de água não é confiável. Quando vou para a cidade, eu paro no caminho para fazer lavagem da roupa [no rio]”*. Em termos de disponibilidade, um jovem explicou: *“Não há água suficiente para os animais, ou às vezes até mesmo para nós.”*

O PAR indicou que a água seria um problema em Mualadzi. O PAR originalmente responsabilizava a Riversdale para o fornecimento de infra-estrutura, mas não foi especificado um calendário de realização. Na Fase Um (primeira fase), as famílias foram transferidas para Mualadzi antes as comodidades básicas, como fontanários, tanques de reserva, poços e bombas de água, estiveram no local. As pessoas movidas na Fase Dois tiveram um melhor acesso à infra-estrutura de água, mas ainda mostrou-se



Mulheres e crianças ao abrigo do calor, depois do trabalho nas machambas (campos) em Mualadzi.
Photo: Serena Lillywhite/OxfamAUS.



Pessoas de Mualadzi dormem em abrigos temporários ao lado da estrada para a recolha e venda de pedras.
Photo: Serena Lillywhite/OxfamAUS.

inadequado. Como medida provisória, a Rio Tinto mandava vir água por camião para a comunidade, por um período de tempo em 2013. Isso não resolveu a escassez de água, como o contratante não era confiável e muitas vezes, a comunidade era deixada sem água. A infra-estrutura de água foi finalmente instalada, incluindo bombas manuais, bombas eléctricas e dispositivos de sensores de movimento em bebedouros.⁵⁹ Observando uma nova dependência da tecnologia, uma mulher jovem explicou: *“Aqui nós dependemos de bombas para a água, mas aí tínhamos o rio para todas as nossas necessidades. Tínhamos água suficiente para tudo”*.

Na época do estudo, os sensores de movimento não estavam funcionando bem, e apenas quatro das 11 bombas eléctricas estavam trabalhando devido a danos do fornecimento irregular de energia eléctrica. A equipe da ICVL explicou que novas bombas foram encomendadas da África do Sul, apesar do desacordo inicial entre a Rio Tinto e a ICVL sobre qual empresa deveria assumir esta despesa. Para lidar com o nível de insegurança da água, um homem chefe de família explicou que as famílias mantêm uma reserva de água em casa para quando as bombas quebrar: *“Caso contrário, poderíamos estar vários dias sem água para beber ou lavar”*. Também parecia haver um nível de disfunção nos padrões de uso da infra-estrutura de água. Um homem queixou-se: *“Obter água para o meu gado é muito difícil e eles (os animais) não têm o suficiente para beber. O local que foi construído para o gado beber está sendo usado para lavar roupas e pratos de cozinha”*.⁶⁰

A equipe do estudo entrevistou um representante sénior do Departamento de Agricultura, que também exercia um cargo no Comité provincial de reassentamento de Tete. Ele reconheceu que a situação da água em Mualadzi era insustentável. Mencionou a existência dum plano para bombear a água do rio para Mualadzi que, disse, tinha ido para concurso para apresentação de propostas. O plano para canalizar a água do rio Revubóe não foi mencionado pelas pessoas que foram entrevistadas para este estudo. Na verdade, vários entrevistados disse que a questão da água tinha sido levantada com o governo, mas que não tinham havido nenhuma resposta. Uma referência foi feita somente aos compromissos assumidos por ambos a Riversdale e a Rio Tinto para construir uma instalação de captação de água ou barragem em Mualadzi (perto dum pequena riacho). Vários entrevistados consideram que este é um compromisso não cumprido, embora a equipa de estudo não pôde validar que um compromisso formal havia sido feito.⁶¹

4.1.2 A insegurança alimentar

Em termos de insegurança alimentar, a maioria dos entrevistados disseram que as suas famílias não têm comida suficiente e relataram estar com fome. Em Capanga, as pessoas disseram que eram auto-suficientes, com duas colheitas por ano e lojas de alimentos adequadas. Uma mulher jovem explicou: *“Onde morávamos antes podíamos produzir em todas as estações. Na estação das chuvas, produzíamos nas zonas altas e na estação seca produzíamos na beira do rio. Lá, tínhamos comida para todo o ano”*. Da mesma forma, numa entrevista de grupo, uma outra mulher

⁵⁹ Os sensores foram concebidos para abrir o fluxo de água quando o gado aproxima-se

⁶⁰ Entrevistados explicaram que quando o sabão é usado nos bebedouros, e o gado bebe esta água, os animais ficam doentes. Ter animais a beber onde a lavagem ocorre em Capanga não causava problema porque o sabão era diluído e levado por correntes do rio. As pessoas são conscientes que lavar pratos e roupas onde o gado bebe água é uma preocupação para a saúde humana.

⁶¹ O PAR indica que é necessária uma barragem para armazenar água suficiente, mas não menciona um compromisso para a sua construção.

disse: “Costumávamos produzir vegetais na estação seca, bem como na estação das chuvas”. Uma mulher idosa explicou: “Costumávamos produzir suficiente comida para um ano e meio, mesmo quando a estação chuvosa não foi boa. Num ano bom, podíamos até produzir o suficiente para dois anos.” Houve grande preocupação entre os entrevistados sobre a falta de lojas de alimentos. Uma mulher disse: “Nossas lojas de alimentos estão vazias... não temos mais nada em armazenamento (nos celeiros).” Outros reiteraram: “Aqui não temos alimentos armazenados, mesmo que por alguns meses”.

Em sua localização anterior, as pessoas poderiam cultivar uma variedade de vegetais, fazendo uso de terras mais altas, nas duas temporadas. Uma dieta diversificada e segura não foi restaurada em Mualadzi. Uma mulher disse: “Na minha terra, só posso produzir feijão, não é suficiente. Não podemos comer feijão todos os dias.” Outros explicaram que só tinham sido capazes de produzir feijão e abóbora. Muitos entrevistados disseram que a sua família não tinha comida suficiente e relataram estar com fome. Uma mulher disse: “As crianças são apenas sentadas, porque estão com muita fome. Eles não estão correndo e brincando como antigamente.” Outro disse: “Há fome aqui.” Uma mulher foi até o ponto de dizer que muitas pessoas se sentem como se “foram trazidos até aqui para morrer”.

Os entrevistados explicaram que desde que chegaram à Mualadzi, algumas famílias tentaram trabalhar a terra, mas não tinham sido bem sucedidas. A má qualidade do solo e a falta de água foram as duas causas frequentemente citadas para a deficiente safra. Os entrevistados fizeram comparações frequentes, entre a terra fértil, de Capanga, e o solo árido de Mualadzi. Numa das entrevistas em grupo, os participantes disseram que a qualidade do solo era tão pobre que só iria produzir com o uso significativo de fertilizantes. Havia uma visão comum, entre os entrevistados, de que levaria entre dois a três anos antes da terra ser produtiva. Uma mulher disse: “Aqui o solo é um problema. É preciso mais do que dois anos para produzir. Nunca tivemos esse problema antes”.

O Director provincial de Agricultura declarou, numa entrevista com a equipe de estudo, que o solo em Mualadzi era o mesmo que em Moatize. Ele disse que as taxas de produção de alimentos não devem ser diferentes entre os dois locais, porque “o solo era o mesmo”. Um ex-funcionário da Rio Tinto, agora afecto a ICVL, sugeriu que a produção de alimentos acabaria por melhorar, uma vez que as pessoas aprendem diferentes técnicas agrícolas “para lidar com o solo diferente”. O PAR menciona que as pessoas reassentadas devem ter acesso à terra de substituição de “igual produtividade” que aquela que foi cedida, o que era para ser “mutuamente acordado entre os destinatários (as pessoas reassentadas) e o promotor”. No entanto, não houve acordo entre o regulador e o promotor, sobre a questão da qualidade do solo, e nenhum acordo mútuo sobre esta questão, entre as partes e os destinatários.

⁶² Estas duas pessoas não estão incluídas na amostra principal.

⁶³ O momento da realocização também foi um problema na Fase Um do reassentamento iniciado pela Riversdale

⁶⁴ O PAR previa apenas três meses de assistência alimentar. Com base nas experiências do primeiro grupo de 85 famílias que inicialmente receberam três meses de assistência alimentar, a Rio Tinto prorrogou, na Fase Dois, o período de três para 12 meses (incluindo para as 85 famílias iniciais), devido ao nível de insegurança alimentar

Embora este estudo seja focalizado no reassentamento da Fase Dois, a equipe de estudo interagiu com um número de pessoas que foram reassentadas em 2010 (durante a primeira fase.) Duas dessas pessoas indicaram que tiveram inicialmente dificuldades para restabelecer as suas farmas, mas tiveram mais sucesso nas colheitas mais recentes. Disseram que estavam com mais segurança alimentar agora do que quando chegaram em Mualadzi.⁶² A equipe do estudo não está em posição de determinar se este é um indicativo de como os outros, da primeira fase estão se saindo, mas é um aspecto importante por ser monitorado.

4.1.3 Os factores agravantes

Além do meio físico, uma série de outros factores parecem ter exacerbado a insegurança alimentar em Mualadzi. A primeira questão diz respeito ao calendário da Fase Dois da realocização. Representantes da Rio Tinto explicaram a equipe de estudo que a Fase Dois da realocização foi programada para ocorrer após a colheita em Capanga, e antes da época de plantio em Mualadzi. No entanto, havia uma opinião generalizada, entre os entrevistados, que a Fase Dois da realocização ocorreu tarde demais e na época de plantio.⁶³ Uma mulher idosa disse: “Nossos campos aqui não estão produzindo. Tentamos produzir quando chegamos no ano passado, mas já era tarde demais para o plantio.” Durante uma entrevista em grupo, outro disse: “No ano passado eles tentaram ensinar-nos a melhorar a terra, mas eles vieram muito tarde na temporada, mesmo com fertilizantes. A empresa nós ofereceu sementes, mas não germinaram e não cresceram.” E dum homem chefe de família: “Aqui não produzimos nada, porque quando chegamos no ano passado, já era muito tarde no ano para o plantio. Não tivemos tempo para produzir”.

Um segundo factor que agravou a insegurança alimentar relaciona-se com a preparação das pessoas. Muitas pessoas não pareciam conhecer como seria o seu novo ambiente. Um número de famílias trouxe suas bombas de irrigação, por exemplo, para descobrir que não havia nenhuma fonte de água a partir da qual bombear. Outros não perceberam que teriam que usar diferentes técnicas agrícolas, tais como fertilizantes para preparar o solo para o plantio e a cobertura vegetal para conservar a água. Como resultado da insegurança alimentar, todas as famílias contam com o fornecimento, pela empresa, de alimentos e produtos de necessidades básicas (incluindo peixe seco, milho, farinha, arroz, óleo de cozinha e sabão) até terem uma colheita bem sucedida. Como uma mulher explicou, esta dependência forçada não é apropriada: “Nós não gostamos de ser vistos como mendigos. Não éramos mendigos antes, então por que devemos mendigar agora? É porque não temos comida”.

O PAR afirma que a empresa iria fornecer “pacotes iniciais” de reassentamento e assistência alimentar para cada família, por um período de três meses, o que Rio Tinto estendeu para 12 meses.⁶⁴ No entanto, vários entrevistados indicaram que o período de tempo que as cestas básicas foram fornecidas



Oportunidades económicas foram comprometidas ou perdidas, como a recolha de areia no rio Revuboé.
Photo: Serena Lillywhite/OxfamAUS.

não era adequada. Uma mulher explicou: *“Eles pararam de nos dar comida antes a época de cultivo tinha sequer começado.”* Seja qual for a duração, as pessoas se sentem vulneráveis e dependentes da empresa. Uma viúva disse: *“Para uma mulher como eu, sem marido, não posso fazer agricultura. Eu sou completamente dependente da empresa agora.”* Outras mulheres indicaram que não conseguiram mais produzir alimentos para a sua família e tornaram-se mais dependentes dos seus maridos. Uma delas disse: *“A mudança foi para pior. Estou agora dependente do meu marido. Antes eu tinha o meu próprio dinheiro da venda de pedras e areia, e de negocio informal.”* Na época do estudo, toda a assistência alimentar cessou, apesar da ocorrência de escassez de alimentos e da fome.

A questão das ‘cestas de alimentos’ foi levantada, junto da Rio Tinto, mas a informação fornecida à equipe de estudo apenas reiterou os compromissos declarados, em vez de esclarecer a situação no terreno. Durante o estudo, um representante da ICVL (ex-Rio Tinto), indicou que o fornecimento de cestas básicas haviam cessado, porque a empresa não queria que a comunidade se tornasse dependente deste tipo de apoio. O seu foco era sobre os programas de demonstração para encorajar as pessoas a adaptar-se ao novo ambiente.

4.2 A perda de oportunidades económicas

Por mais que a agricultura de subsistência fosse uma parte significativa da vida em Capanga, os entrevistados disseram que também estavam envolvidos numa série de outras actividades para complementar a sua renda. Essas actividades incluíam o fabrico de tijolos, corte de lenha, produção de bens caseiros (por exemplo, vassouras e escovas), a pesca, a fabricação de carvão, recolha e venda de pedras e escavando a areia no leito do rio para venda. Alguns dos jovens tinham sido empregados na construção e outros trabalhos em Moatize. As mulheres eram capazes de vender vegetais e outros produtos em mercados, na beira da estrada.

Um grupo de jovens adultos, disse que, com a mudança para Mualadzi, eles *“perderam o negócio que podiam fazer”*. Um homem ancião explicou: *“Em Capanga, mesmo as pessoas mais velhas podiam fazer alguma coisa, como quebrar pedras ou recolher lenha. Eu costumava fazer cerca de 3000 MTS fazendo isso”*.⁶⁴ Em Mualadzi, as oportunidades económicas de pequena escala foram todas perdidas - não há praticamente nenhuma economia local.

Foi construído um mercado comunitário no local, com o apoio da Rio Tinto, mas não prosperou devido à falta de negócio de passagem e do poder de compra mínimo, na comunidade. As mulheres disseram que, se querem vender alguma coisa, elas precisam ir de porta em porta. Para realizar actividades de negócio, as pessoas viajam mais de 40 quilómetros até Moatize, ao custos deles. Além de trabalhar como trabalhadores agrícolas em campos de outras pessoas, um grupo de jovens do sexo masculino explicou: *“Aqui, não há nenhum postos de trabalho ... e perdemos os outros negócios que poderíamos fazer, a venda de peixe, o carvão, a recolha de areia, o fabrico de tijolos”*. Um grupo de mulheres concordou: *“A situação aqui não é boa, não há nada a fazer, apenas sentado. Não há comida e nenhum trabalho”*.

O emprego era a principal preocupação para a maioria dos entrevistados. Jovens e adultos disseram que queriam oportunidades de emprego para si e os seus filhos, e o acesso à formação e à educação. Um jovem afirmou que: *“Os empregos são a coisa mais importante para o futuro da comunidade”*. Alguns entrevistados disseram que viram pessoas de fora ser empregadas pela empresa - tanto na mina como para realizar a construção e manutenção de obras na comunidade. Um grupo de homens jovens disse que nunca soube dum jovem de Mualadzi tenha sido empregue pela empresa. O PAR descartou o emprego directo com a empresa como sendo uma opção de restauração dos meios de subsistência, afirmando que o emprego não poderia ser garantido, em grande parte devido à distância entre Mualadzi e a mina. Algumas pessoas começaram a viajar para longe de Mualadzi, durante vários dias de cada vez, a fim de aceder às oportunidades económicas, muitas vezes dormindo a beira da estrada, ou onde puderem.

Investir em oportunidades económicas é fundamental para a questão da restauração dos meios de vida. Um documento como o PAR deveria providenciar um ponto de referência para as comunidades e as outras partes interessadas para compreender a abordagem do promotor sobre esta matéria. O PAR da mina de Benga oferece apenas um quadro preliminar, já que contém poucos pormenores sobre a abordagem de restauração dos meios de vida, incluindo a segurança alimentar e a geração de renda. A ênfase principal é sobre a compensação pela terra e outros activos tangíveis. O PAR lista várias opções de meios de vida potenciais, mas nenhuns compromissos firmes são feitos em termos de infra-estrutura, investimentos ou apoio programático. De acordo com o PAR, um plano de restauração dos meios de vida era para ser finalizado durante os últimos estágios do reassentamento, na sequência de uma avaliação mais aprofundada. O PAR não inclui indicadores para a “restauração” ou a “melhoria”.

⁶⁵ Aproximadamente US \$88



Rio Tinto estabeleceu uma cooperativa para criação de frango para famílias seleccionadas. Foto fornecido pelo ICVL.



O modelo cooperativo para criação de frango não foi bem sucedido. Novembro 2014.. Photo: Serena Lillywhite/Oxfam AUS.

A equipe do estudo solicitou uma cópia do plano de recuperação dos meios de vida, da Rio Tinto, mas não foi disponibilizado. Em diversas entrevistas, o pessoal da Rio Tinto a nível corporativo e da equipe local, referiram-se a diferentes actividades, tal como o programa de criação de frango, de porco, as técnicas de agricultura de conservação, a cobertura vegetal nos solos, as novas variedades de sementes, os campos de demonstração e de treinamento para a comunidade. A equipe do estudo viu evidências dessas actividades no terreno. No entanto, na ausência de um plano, é difícil entender a estratégia da empresa, incluindo a sua abordagem para a participação da comunidade, o grau em que as iniciativas de restauração dos meios de vida abordam os riscos e impactos, e além disso, se a prática está alinhada com o plano em si. Os dados de entrevistas sugerem que os programas de criação de frango e de porco não estavam respondendo as expectativas e não tinham tido sucessos como estratégia de restauração dos meios de vida.

Em vez dum plano formal, a equipe de estudo solicitou informações sobre os indicadores de desempenho. Como observado anteriormente, os indicadores de referência foram compartilhados com a equipe de estudo, mas os indicadores de “sucesso” do reassentamento não foram fornecidos. Durante o trabalho de campo, foi evidente que os entrevistados não estavam ao corrente de que a empresa tinha quaisquer indicadores de desempenho; e que nem os entrevistados foram activamente envolvidos em qualquer tipo de processo de monitoria (embora eles tenham discutido sobre uma série de desafios de implementação, elaborados ao longo deste relatório). Em resumo, as baixas taxas de sucesso até à data sugerem que existe uma diferença significativa, entre o nível do risco de empobrecimento, enfrentado pela comunidade e o alcance e a qualidade do programa de restauração.

4.3 Os custos suportados pelas famílias reassentadas

Um dos problemas conhecidos do reassentamento planificado é que os custos são frequentemente subestimados. Quando isso ocorre, as comunidades tendem a absorver os custos que não foram contabilizados no processo de planificação. Os resultados das entrevistas sugerem que este também é o caso em Mualadzi. Os entrevistados descreveram como tiveram que absorver uma gama de custos materiais relacionados principalmente com o transporte e a alimentação. Ao não representar a totalidade dos custos de reassentamento, as empresas em causa têm efectivamente externalizado os custos adicionais de mitigação do impacto e de recuperação no processo, colocando as comunidades reassentadas em maior risco de empobrecimento. Como o governo não resolveu a questão deste deficit, as famílias absorvem alguns custos de manutenção dos seus meios de vida e das suas redes sociais.

O transporte tornou-se um dos maiores custos para as famílias reassentadas. Se as pessoas precisam de viajar para o centro urbano de Moatize, ou a aldeia vizinha de Cateme, têm que assumir os custos de transporte. Como parte do pacote de reassentamento, cada família recebeu uma bicicleta. No entanto, as bicicletas têm utilidade limitada devido ao mau estado da estrada e distância para as machambas e para Moatize. Os entrevistados explicaram que, se precisarem de viajar para Moatize caminham ou pegam um minibus para Cateme e de lá pegam o autocarro para Moatize. Ou eles viajam de mota de Mualadzi. Viajar de mota é mais rápido, mas é mais caro e considerado perigoso, em grande parte devido ao mau estado das estradas. Uma mulher disse: *“Nós temos que usar uma mota [para viajar para Moatize]. Não é seguro como um carro, e se você precisa viajar com crianças é especialmente difícil”*. Uma mulher explicou que existe tensão entre Mualadzi e Cateme sobre a questão do transporte: *“as pessoas de Cateme dizem que o autocarro é para eles da Vale e que devemos obter o nosso próprio da Rio Tinto, e não depender (do autocarro) deles.”*

A empresa fornece transporte de Mualadzi para Cateme para as crianças na idade para frequentar a escola secundária. No entanto, os entrevistados disseram que o autocarro não é confiável - muitas vezes atrasa e alguns dias não vem. Nessas ocasiões, os entrevistados explicaram que algumas crianças caminham os cinco quilómetros para frequentar o ensino médio. Para aqueles que não querem (ou não podem) andar a pé a viagem de volta de 10 km, o custo duma viagem de mota pode ser proibitivo. Numa entrevista individual, um ancião do sexo feminino, disse: *“A empresa prometeu transporte para a escola (secundária), mas não é confiável e não vem mais. Os alunos do ensino secundário estão faltando dias de escola”*. Numa entrevista em grupo, um homem acrescentou: *“O transporte para escola (secundária) não é confiável. Mesmo esta semana eles [os alunos] estavam para fazer exames, mas alguns deles faltaram e provavelmente irão falhar”*.

Os entrevistados também disseram que incorrem custos de transporte para Moatize ou a cidade de Tete para a assistência médica, e visitar os seus familiares que ficaram em Moatize e Capanga. Houve muita discussão sobre a inadequação do posto de saúde em Mualadzi, fornecido como parte do pacote de reassentamento. Os entrevistados afirmaram que o posto de saúde não está sempre aberto, e nos dias em que funciona só está aberto até as 10 horas. Não há nenhum atendimento de emergência ou após o horário de expediente e o suprimento médico e de medicamentos é aparentemente limitado, precisando de ser abastecido a partir de Moatize ou da cidade de Tete. Houve vários relatos de famílias que lutam para subsistir e trabalhar nas machambas, enquanto ocorrem doenças na família, tendo a responsabilidade dos cuidados, o que implica o aumento do tempo e custos associados com a viagem para o centro urbano, para ter serviços de saúde. Os entrevistados disseram que, da sua localização anterior em Capanga, as instalações médicas eram acessíveis e o serviço melhor do que em Mualadzi.

O tempo necessário para viajar para os campos, localizados a distâncias maiores das casas, é outro custo suportado pelas famílias reassentadas. Como parte do pacote de reassentamento, cada família tinha direito a dois hectares de terra. O primeiro hectare situa-se perto das casas. As famílias aceitaram dinheiro para o segundo hectare para assegurar terrenos com melhor qualidade do solo e acesso à água do que o que estava sendo fornecido. Estas parcelas tendem a ser à maior distância das casas. Devido às distâncias envolvidas, alguns membros da família passam dias de cada vez, na segunda parcela. Um homem chefe de família explicou: *“Minha machamba [campo] está longe. Leva duas horas para chegar lá de bicicleta. Eu normalmente vou e fico lá por vários dias e depois volto”*. Uma mulher, chefe de família, paga outras pessoas para trabalharem na sua segunda parcela, enquanto ela trabalha no terreno perto da sua casa, a fim de continuar a cuidar de sua família. Para as famílias que aceitaram dinheiro pelo segundo hectare, algumas certamente compraram terra, enquanto outras usaram o dinheiro para comprar uma mota para melhorar o acesso à Moatize e outros locais. Outros compraram alimentos, medicamentos, roupas e utensílios domésticos básicos.

4.4 A fractura da comunidade

Houve uma forte percepção nas entrevistas de que as redes sociais e os padrões de vida e de subsistência das pessoas foram significativamente perturbados pelo reassentamento involuntário. Havia um sentimento geral de deslocamento, com as pessoas tendo perdido um senso de pertença ao lugar e de espiritualidade. Um ponto de vista frequentemente expressado foi que *“as coisas não estão bem”* em Mualadzi.

A espiritualidade foi um ponto importante de discussão durante as entrevistas, particularmente a questão de não ter uma igreja em Mualadzi. A reconstrução de uma igreja não era parte do PAR, embora vários entrevistados tenham afirmado que o compromisso de construir uma igreja havia sido feito. Numa das discussões em grupo, as mulheres explicaram que para os que oram e acreditam em Deus, a igreja é uma das coisas mais importantes nas suas vidas. Uma mulher disse: *“Sem uma igreja, parece que até Deus se esqueceu de nós”*.

Outros ligaram a espiritualidade com a realocação do cemitério. Houve alguma discordância dentro da comunidade, sobre o processo pelo qual um local para o cemitério foi escolhido pelos líderes comunitários. Homens de um grupo focal explicaram: *“Nos fomos dado um lugar para ter um cemitério, mas está cheio de pedras, por isso estamos à procura de outro lugar. Precisamos também de ter uma cerimónia para trazer os espíritos dos antepassados para este novo lugar e dizer-lhes que mudamos”*. Na época do estudo, alguns entrevistados relataram que viajam para Cateme para serviços funerários.

Em Mualadzi, a equipe de estudo observou que algumas das casas de reassentamento tinham sido abandonadas. Os entrevistados explicaram que algumas famílias se mudaram para fora, por razões económicas. Um grupo de jovens adultos explicou: *“As pessoas deixaram aqui, indo para outro lugar para encontrar emprego e ganhar dinheiro para comprar comida”*. Numa outra entrevista, um homem mais velho disse: *“Muitos voltaram para Moatize, Tete e Chingosa porque não há nada o que fazer aqui”*. Ele disse que não está claro quantas pessoas deixaram a zona, porque algumas famílias *“vêm e vão, à procura de trabalho”*. Também descreveram que se sentem fisicamente inseguras, devido ao medo do crime e do nível crescente de roubos. Um homem, chefe de família, disse: *“Aqui sentimo-nos inseguros porque temos que ir muito longe para cuidar dos campos e a casa é fácil de vandalizar”*. Vários casos de roubo doméstico foram reportados a equipe do estudo.

A perda do acesso ao rio teve uma grande influência sobre os padrões de intercâmbio social. Os entrevistados explicaram que o rio era um elemento-chave na vida social e económica da comunidade. No passado, as mulheres se reuniam no rio para lavar, cartar a água e conversar. Os homens também tinham pontos de encontro regulares. Muitos destes padrões de interacção social não foram restabelecidos no novo local.

Um padrão social emergente é o da separação. Os participantes indicaram que as condições económicas se tornaram difícil para as famílias ficarem juntos. As pessoas falavam da necessidade dos pais trabalharem fora, por longos períodos de tempo e as crianças ficarem com os avós ou outros membros da família, na sua ausência.

Uma mulher disse: *“Eu vou para o rio Revuboé para recolher areia e ficar na casa do meu marido com a outra mulher. Eu fico por uma ou duas semanas e depois volto com a comida que eu comprei. As crianças ficam com a avó aqui porque eles estão indo para a escola.”* Maridos e jovens também estavam ausentes, trabalhando na segunda parcela de terra, ou na cidade, ou ainda recolhendo areia e pedras para venda. Outro homem acrescentou: *“O problema é que os campos estão longe, em Capanga estavam por perto.”* As pessoas indicaram que a separação estava colocando uma pressão sobre famílias já stressadas.

A realocação de Capanga também afectou as relações, de forma mais ampla e alterou os sistemas de regras e a autoridade tradicionais. Numa entrevista com a Rainha de Benga, ela aconselhou: *“Eu fui separada do meu povo [...] Eu não posso ir para Mualadzi porque é um outro reino. Não posso reinar lá”*.⁶⁶ Os aspectos intangíveis de reassentamento – inclusive os impactos na família e nas normas tradicionais – estavam afectando a maioria das pessoas entrevistadas para este estudo.

4.5 A incerteza e o acesso limitado a informação

4.5.1 Os programas de meios de vida e a insegurança alimentar

Os entrevistados tinham dúvidas sobre o seu futuro. A paragem da distribuição de cestas básicas foi uma preocupação imediata. Ninguém parecia saber se haverá a continuação de qualquer apoio alimentar. Houve também incerteza sobre as novas técnicas agrícolas que a empresa tinha introduzido para garantir o fornecimento de alimentos, para as famílias reassentadas.⁶⁷ Uma mulher explicou: *“Usamos o adubo para o nosso milho [...] mas não produziu nada. Os técnicos da empresa nos dizem para continuar a usar o adubo, mas ninguém está convencido de que vai funcionar.”* Um dos homens disse que a técnica tradicional era queimar o campo para aumentar a fertilidade. Ele disse ainda: *“Este ano, a empresa está dizendo para não queimar os campos e que devemos manter qualquer capim. Vou usar esta técnica, mas vou ter que esperar e ver o que vai acontecer.”*

A Rio Tinto havia testado várias técnicas diferentes de cultivo. Como a comunidade já havia enfrentado a sua primeira quebra de safra, as pessoas tinham dúvidas sobre a viabilidade das novas técnicas. Alguns entrevistados disseram que a cobertura vegetal não era adequada para o tamanho do campo que iriam cultivar. Também explicaram que alguns dos campos de demonstração estão localizados perto dum riacho, onde a água é acessível, enquanto as suas parcelas contam com furos para um abastecimento de água mais limitado.⁶⁸ O pessoal da ICVL, por outro lado, disse que a comunidade só precisava de mudar a sua mentalidade e adoptar as novas técnicas, tais como a agricultura de conservação, se querem produzir com sucesso. Um representante da ICVL disse: *“Se eles usam as novas técnicas, não há nenhuma maneira que eles vão falhar.”* O pessoal

da ICVL sugeriu que as pessoas são muito quadradas, e precisam ser mais flexíveis e experimentar coisas novas. Também ficou claro que nem todo o mundo tinha ouvido falar sobre os ensaios agrícolas, ou estavam confusos sobre como os diferentes programas deviam funcionar e como (ou mesmo se) eles poderiam participar.

A Rio Tinto tinha iniciado programas para criação de galinhas, cabras e porcos, por exemplo. Inicialmente, o programa de frango foi estabelecido no molde de cooperativas. Quando isto falhou, foi remodelado como um programa a nível familiar, pelo qual a empresa, iria fornecer alguns materiais para as famílias construírem as suas próprias capoeiras e receber pintos. No entanto, houve falta de clareza sobre quais materiais seriam recebidos, quem iria construir as capoeiras, quantos pintos seriam fornecidos pela empresa e quando. Numa das discussões em grupo, as pessoas explicaram: *“As famílias que terminaram a construção da capoeira não receberam pintos. É muito trabalho para cortar árvores e transportar madeira [para construir capoeiras]. O projecto é demais trabalho para nenhum benefício”*. Outros relataram que haviam completado a estrutura da capoeira, mas ainda estavam à espera que a empresa forneça ferro e tijolos, como prometido. Um dos líderes da comunidade explicou que, dos 25 ou mais famílias que se inscreveram para o programa, apenas uma tinha recebido pintos. Os entrevistados também relataram problemas com o programa de criação de porco.

Também houve confusão sobre a qualificação de pessoas para determinadas actividades de restauração dos meios de vida. Um homem chefe de família, disse que estava ao corrente do programa de frangos, mas foi excluído porque era um programa para líderes ou pessoas conhecidas, e não para todos. Outro homem alegou que os líderes tinham acesso privilegiado a alguns dos programas: *“Os líderes deviam ser os últimos a se enquadrar. Em vez disso, eles estão sempre na frente e os outros não recebem uma chance.”* Alguns dos jovens disseram que não estavam participando porque a empresa disse que apenas casais poderiam participar, e não as pessoas solteiras. Um jovem disse: *“Sentimos que nós [os jovens] não estamos sendo considerados.”* Outras razões apontadas, para a não-participação, incluíram que os programas eram para os que chegaram mais cedo, ou que o programa já estava cheio. Em resumo, a igualdade de acesso para actividades de restauração de meios de vida é um problema proeminente.

4.5.2 A venda da mina pela Rio Tinto para a ICVL

O sentimento geral de incerteza, relacionou-se também com a venda da mina, da Rio Tinto para a ICVL. A maioria das pessoas tinha recebido algumas informações sobre a venda – por meio de “fofocas” informais na aldeias ou através da sua participação em reuniões formais. Poucos entrevistados sabiam o nome dos novos proprietários. Outros estavam presentes quando o gerente geral de ICVL havia visitado a zona, mas não eram claros sobre como as questões pendentes estavam sendo tratados, e isso não foi discutido

⁶⁶ No momento do estudo, a Rainha de Benga não tinha sido reassentada. Ela permanece no sua terra com os seus filhos, e um pequeno número doutras famílias. A sua casa está localizado entre a estrada que vai para a mina e uma nova estrada em construção para o acesso a segunda ponte sobre o rio Zambeze.

⁶⁷ A Rio Tinto indicou que as técnicas foram consistentes com a acessória técnica de especialistas do governo e de consultores especializados.

⁶⁸ No momento do estudo, o riacho estava seco.

na reunião com ICVL.⁶⁹ Um dos homens mais velhos explicou: *“Em Setembro, o ‘big boss’ da ICVL veio e disse que ICVL iria assumir os compromissos assumidos pelo Rio Tinto. Então, na semana passada houve uma reunião conjunta com ICVL e Rio Tinto. Eles encontraram cada unidade e nos pediu para preparar uma lista dos problemas existentes que não tinham sido resolvidos e quais os novos problemas lá estavam.”* Alguns entrevistados disseram que fazer a lista seria um desperdício de tempo. Um ancião feminino disse: *“Estamos cansados de dizer-lhes estas coisas, e eles não fazem-las. Eles sabem o que tem que ser feito. Eu não estou dizendo-lhes de novo.”* E outra: *“Rio Tinto vai deixar aqui hoje, mas os problemas vão estar aqui amanhã.”* No entanto, uma outra mulher idosa disse que a Rio Tinto tinha explicado que a nova empresa foi obrigada a tratar das questões pendentes: *“Dissemos a Rio Tinto: Você sabe todos os problemas. Quem vai resolver esses problemas? Será que vai ser a nova empresa? A Rio Tinto disse-nos: Nós resolvemos alguns dos problemas deixados por Riversdale, e a nova empresa vai resolver os problemas deixados por nós.”*

Algumas pessoas estavam preocupadas que os problemas da comunidade seriam des-priorizados, com a ICVL para entrar no negócio. Num grupo de discussão, um homem disse: *“O processo de mudança de empresas leva tempo - pelo menos um ano para os novos funcionários entender o negócio. Quem vai cuidar da comunidade, enquanto eles estão focados no negócio?”* Ficou claro, para a equipe de estudo que, durante o período de venda, a equipe da Rio Tinto tinham dúvidas quanto à forma como os novos proprietários da ICVL abordariam questões transitórias de reassentamento e outras (tal como quem pagaria pelas bombas de água danificadas). A ICVL fez declarações públicas sobre um ambicioso programa de expansão, mas não disse nada sobre o apoio contínuo para a população de Mualadzi, a conclusão da fase de reassentamento urbano, ou o possível reassentamento de mais famílias, se o projecto de expansão do Zambeze seria posto em prática.

4.6 As deficiências nos processos de remedeio

Consistente com o IFC PS5, o PAR define um processo de queixas e de reclamações. Esta estrutura inclui vários canais através dos quais a comunidade pode registar uma reclamação para com a empresa (por exemplo, apresentação de preocupações através de um “livro de reclamações”, por telefone, em pessoa com um oficial de ligação com a comunidade, ou via e-mail). Está delineado um processo de queixa, mas o detalhe processual importante está faltando, como processos de investigação, a tomada de decisão conjunta, o fecho de protocolos e o seu seguimento. A PAR sugere que, no caso de não-resolução, o Ministério dos Recursos Minerais e Energia pode ser chamado a mediar, ou o caso pode ser levado ao tribunal. Também reconhece que estas vias são “caras, complicadas e raramente acessível para as comunidades rurais”.

Na prática, os entrevistados disseram que eles não foram capazes de resolver suas principais preocupações, embora em vários casos, os entrevistados descreveram que o

governo ou a empresa tinham respondido a questões específicas, tais como a reparação de estradas e instalação de furos de água equipados com bombas manuais. Uma mulher disse: *“Nós pedimos para um hospital e nós temos um, e pedimos para as bombas de água manuais e agora estão instaladas algumas. Pedimos para a estrada ser reparada e agora que está em processo. Mas pedimos várias vezes emprego para os nossos maridos, nós e os jovens [e não recebeu resposta]”*. Um mulher idosa disse: *“Nós conversamos com o governo sobre a situação alimentar. Eles vieram aqui e viram que os nossos campos não produzem. A empresa também sabe que temos um problema alimentar. Ambos sabem sobre os problemas, mas não deram nenhuma solução”* Outro dos entrevistados disse: *“Nós pedimos a empresa para vir e eles ouviram as nossas preocupações, mas nunca obtemos respostas. Até escrevemos mesmo para o governo e a empresa delineando os problemas como nos pediram para fazer, mas ainda não há respostas”*.

A falta de esclarecimento no PAR, sobre as responsabilidades institucionais, está espelhada na prática. Um homem, chefe de família, explicou que se eles vão para o governo, as autoridades afirmam que tem de ir à empresa. Ele disse: *“.Se pedir uma ambulância ou água para os campos, o governo diz que não é a sua responsabilidade e de ir pedir à empresa.”* O processo, tal como está, não espelha para a comunidade um processo claro de apresentação de queixas ou uma via de solução satisfatória.

Também ficou claro a partir do processo de entrevista quem certas pessoas encontram obstáculos para fazer valer a sua voz na esfera pública - incluindo alguns jovens (homens e mulheres) e mulheres. As normas sociais relativas à hierarquia e representação tiveram um efeito restritivo sobre quem participam em reuniões, ou quem levantou preocupações. Uma jovem explicou: *“Eu não fui às reuniões, talvez meu pai fez e ele pode responder. Normalmente, apenas os adultos [mais velhos e mais maduros] participam desses encontros, os jovens nunca podem participar.”* O PAR prevê umas medidas para os grupos vulneráveis, afirmando que *“os grupos sociais vulneráveis serão atendidos especificamente”* e que *“serão tidos em conta no processo de consulta e planificação”*, mas não estava claro para a equipe de estudo como as necessidades dos grupos vulneráveis são consideradas nos processos de tratamento de queixa ou de remedeio. Várias mulheres da comunidade disseram que, apesar da sua interação com pessoal feminino da equipe de relações comunitárias da ICVL, houve limitadas respostas às questões por elas levantadas.

Vários entrevistados disseram que a única maneira de verem as suas questões apresentadas, a serem tratadas, no futuro seria através de protestos públicos, bloqueios e a acção civil. Havia uma sensação de desamparo, entre muitos entrevistados achando que não valia a pena levantar mais questões a empresa ou o governo. Um homem, chefe de família, disse: *“Agora as pessoas estão pensando que precisam fazer greve ou bloquear a estrada. O governo nos diz ‘não façam isso’, mas dizemos ‘olha, vocês não cumpriram com as suas promessas’. Nossa situação é*

⁶⁹ Ex-funcionários da Rio Tinto empregado pela ICVL indicaram que houve duas reuniões em Mualadzi para informar a comunidade sobre a venda da mina. A primeira reunião durou cerca de uma hora e a reunião subsequente três horas. Foi dito que representantes do governo eram presentes numa das reuniões

grave por isso estamos alertando-os através do bloqueio da estrada". Vários entrevistados estavam ao corrente que o protesto colectivo funcionou para a comunidade reassentada em Cateme e disseram que iriam recorrer a este meio se tiverem que o fazer: *"as pessoas de Cateme lutaram para conseguir transporte e uma estrada, precisamos fazer isso. Precisamos lutar para conseguir o que queremos."* Vários entrevistados indicaram que o protesto seria o próximo passo, se a nova empresa [ICVL] não for capaz de resolver alguns dos problemas que levantaram várias vezes com a Rio Tinto.

4.7 A falta de confiança entre as partes interessadas

A falta de confiança entre as partes interessadas foi um tema presente que emergiu nas entrevistas. Houve uma enorme falta de confiança nas empresas envolvidas no reassentamento. Em cada entrevista, os entrevistados citaram promessas que a Riversdale e a Rio Tinto tinham feito, ou se acreditava ter feito, mas que não cumpriram.

Alguns entrevistados disseram que a Rio Tinto lhes havia prometido o apoio alimentar até terem um fornecimento seguro, mas o suporte parou mesmo com muitas pessoas necessitadas. Outros disseram que a empresa prometeu ajudá-los a restabelecer a sua farma, mas a ajuda não se efectivou. A terra de substituição nem sempre equivale ao tamanho e a produtividade do que eles tinham anteriormente. Esta era a principal questão para alguns entrevistados. Várias pessoas disseram que cada agregado familiar foi prometido cabras que nunca foram recebidas. Segundo outras, a promessa de uma pequena barragem ou represa que não foi construída, e a transferência do cemitério e das sepulturas são outros exemplos. As falhas, no fornecimento de transporte fiável e uma estrada adequada, foram frequentemente citadas. Havia também a promessa de emprego, para os jovens, que nunca se materializou. Uma mulher idosa explicou: *"As empresas não são sérias sobre nós. A Riversdale e a Rio Tinto prometeram coisas, mas não entregaram."*

Durante todo o processo de pesquisa, os participantes reconheceram que, apesar dum grande número de compromissos pendentes, algumas promessas foram cumpridas pela Rio Tinto. Os entrevistados reconheceram, por exemplo, que a Rio Tinto realizou algumas reparações da estrada, e que uma clínica ou posto de saúde (embora com deficiências) e escola primária tinham sido construídas. Alguns entrevistados falaram positivamente das suas novas casas. No entanto, além de habitação, que alguns entrevistados acharam melhor do que em Capanga, a maioria parte das pessoas indicaram que a sua qualidade de vida tinha regredido. Numa entrevista em grupo, uma mulher disse: *"Minha vida piorou. Ter uma boa casa não é uma boa vida. Ficar em pé numa fila para obter sementes, não é uma vida melhorada"*. Outra disse: *"É só a casa que é melhor, tudo o resto é pior"*.

Houve também uma sensação nítida que a relação entre a Rio Tinto e a comunidade havia se deteriorada, na fase pós-relocalização. Uma mulher idosa disse: *"A empresa costumava falar-nos muito bem e com respeito e prometer tudo. Tudo isso mudou quando nos mudamos."* Um grupo de mulheres explicou: *"Estamos acostumadas ao comportamento da Rio Tinto. Eles nunca vêm com respostas às nossas perguntas. Eles só vêm*

quando há um rumor numa manifestação. Então eles vêm para nos manter a calma e dizer que está tudo bem. Sabemos que não devemos esperar nada dessa empresa". As mulheres também falaram da equipe de relações com a comunidade, especificamente: *"Conhecemos essas pessoas e já não confiamos nelas."*

Na comunidade de Mualadzi, os líderes locais também não inspiravam confiança. Um factor que tem contribuído para esta falta de confiança deriva do processo de selecção do local de reassentamento. Vários líderes visitaram o local de reassentamento, antes da mudança, e disseram que estava tudo bem. Um homem, chefe de família, disse: *"Antes de nós mudarmos, alguns dos líderes vieram visitar Mualadzi. Voltaram e disseram 'Mualadzi é normal, haverá boas casas lá'."* Dadas as condições de vida em Mualadzi, as pessoas tem agora um sentimento de traição. Antes de se mudarem, várias pessoas disseram que queriam ser relocalizadas noutros lugares, mas os líderes os convenceram que Mualadzi era melhor. Uma mulher idosa disse: *"Queríamos ser transferidos para outro lugar chamado Mwadupaja, mas os líderes foram lá e disseram que não era bom. Eles nos disseram que Mualadzi era melhor."* A consulta sobre a identificação do local de reassentamento com outros membros da comunidade foi limitado.

Existe também uma ligação entre a falta de confiança e a forma como a informação é disseminada dentro da comunidade. Uma mulher idosa disse: *"Para pessoas como eu, não podemos ir para as reuniões. Só ouvimos que um grupo de líderes foi e apresentou alguns problemas. Mas eles nunca nos dizem o resultado ou o que aconteceu"*. Um homem, chefe de família, demonstrou uma falta de confiança na liderança local, e na sua capacidade de resolver seus problemas: *"Tivemos reuniões com o líder local, mas ele só estava falando, não houve nenhuma acção."* A falta de informação também afectou a participação popular nas actividades de restauração dos meios de vida. Um homem disse: *"Um representante da Rio Tinto disse aos líderes e, em seguida, os líderes nos dizem. Nós não sentamos juntos para discutir e planificar."*

Vários entrevistados expressaram uma crença de que seus líderes haviam sido cooptados pela empresa. Uma mulher disse: *"Nós costumávamos falar com os líderes sobre os planos para o reassentamento e outras coisas, mas agora nós não confiamos neles. Esqueceram-se das suas obrigações para nós. Eles ganham dinheiro e têm bebidas com a empresa."* Um homem, chefe de família, disse: *"Nossos líderes estão comendo com o governo e a empresa e não se preocupam com os problemas da população"*. Outros disseram que esse comportamento ocorreu antes do reassentamento. Uma mulher disse: *"Os líderes estavam recebendo dinheiro da empresa. Mas agora, eles estão conosco, sofrendo as mesmas consequências"*.

Houve um nível semelhante de desconfiança nas autoridades distritais que eram vistas como *"amigos"* da empresa. Numa carta, vista pela equipe do estudo, a Rainha de Benga convidou o administrador do distrito para visitar a comunidade de Benga e discutir das interrogações e preocupações sobre o processo de reassentamento. Diz-se que o administrador não aceitou o convite da rainha. Um sentimento frequentemente expresso, entre muitos dos entrevistados, foi de que as autoridades administrativas muitas vezes evitavam a comunidade, apoiando ao mesmo tempo os interesses corporativos.



Casas em Mualadzi são referidas como sendo melhores do que aquelas que as famílias tinham antes do reassentamento. Março 2013.
Foto: Serena Lillywhite/Oxfam AUS.

4.8 A recuperação num ambiente de fraca capacidade

A população de Mualadzi está se recuperando do deslocamento involuntário, num ambiente de fraca capacidade. As limitações do meio físico (solo de má qualidade, falta de água e a localização isolada) são detalhadas neste relatório. Outras limitações são relacionadas com o ambiente institucional. A equipe do estudo confirmou que não há nenhum programa governamental activo para monitorar os compromissos corporativos, feitos no PAR. Na entrevista com o representante sénior do Departamento de Agricultura, que também é membro do Comité provincial de reassentamento, tornou-se evidente que a comissão não monitora a implementação do PAR.⁷⁰

Os entrevistados disseram que o governo é apenas ocasionalmente presente, como durante o anúncio da venda dos activos da Rio Tinto. No anúncio, a comunidade sentiu que o governo estava presente para endossar a agenda da empresa, e não para representar a comunidade. Apesar dos compromissos descritos no PAR, as comunidades recebem pouco ou nenhum apoio do governo, em termos de fornecimento de serviços básicos, ou a manutenção de infra-estrutura, como estradas. O governo também não se envolve nas preocupações e reclamações da comunidade.

As organizações locais têm uma capacidade limitada no apoio às famílias reassentadas para lidar com uma forma tão disruptiva de mudança social, provocada pelo

reassentamento. Um organizações locais da sociedade civil estão fornecendo apoio técnico, jurídico e de agricultura para as comunidades em Capanga, Moatize e Mualadzi.⁷¹ Dada a dimensão do reassentamento, necessário para ceder lugar a mina de Benga e a natureza intensiva do apoio necessário no processo de recuperação, as organizações locais estão trabalhando aquém da capacidade pretendida e com recursos limitados.

A capacidade para aproveitar as novas oportunidades também é limitada. Por exemplo, como parte do pacote de reassentamento, a electricidade foi conectada da rede provincial, de Moatize para Mualadzi, via Cateme. Vários entrevistados explicaram que haviam comprado bens de consumo com o dinheiro da indemnização, como geleiras, congeladores e televisores, mas não tinham dinheiro para operá-los (pagar a energia). Muitas famílias não são capazes de tirar proveito deste tipo de oportunidades, porque não possuem condições básicas de sobrevivência. Vários entrevistados disseram que a empresa precisava de ajuda-las na reparação e manutenção das suas casas, como janelas quebradas e banheiros em má estado, pois as suas condições financeiras são limitadas. As pessoas ficam dependente da empresa, no que toca a manutenção básica das suas novas casas.

⁷⁰ O Comité Provincial de Reassentamento está envolvido na planificação para a finalização do reassentamento urbano (Fase III do PAR).

⁷¹ Tal como a União provincial de Camponeses de Tete (UPCT) e a Associação para Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC), que colaboraram neste estudo

5 IMPLICAÇÕES

5.1 Sumário da situação

As pessoas que foram involuntariamente reassentadas, para ceder lugar a mina de Benga, foram significativamente prejudicadas. As famílias reassentadas não tinham escolha senão se mudar das margens férteis do rio Revubó em Capanga, para Mualadzi - um local remoto com solos de má qualidade e um fornecimento inseguro de água para uso pessoal e agrícola. Este ambiente físico severo colocou em risco os meios de vida, sendo a segurança alimentar um desafio de imediato. Além das dificuldades físicas, a localização remota de Mualadzi e as suas pobres infra-estruturas de transporte reduziram o acesso ao emprego e a outras oportunidades económicas. Isto tem dificultado ainda mais a capacidade das pessoas suportarem o seu sustento e de suas famílias. O stresse e trauma, relacionados com o deslocamento forçado, incluindo padrões emergentes de fragmentação social, também são preocupações significativas.

Tomando em conta a história de conflito, a pobreza endémica e a fraca capacidade do Estado, em Moçambique, a reconstrução dos meios de vida como parte de um processo de reassentamento é uma tarefa difícil. O contexto pré-existente de Moçambique exige medidas especiais de protecção contra o maior empobrecimento das pessoas já "em risco". À luz dos desafios de fundo, as medidas de mitigação de risco e de restauração de dos meios de vida, em Mualadzi, não parecem ser compatíveis com os impactos do reassentamento ou com as necessidades expressas pela comunidade. O Estado e os actores empresariais não prestam contas adequadamente sobre os riscos de reassentamento, e sem um programa abrangente e transparente de monitoria e avaliação, assegurar que esses actores prestarem contas é problemático. A falta de monitoria participativa também sugere que os direitos e interesses das pessoas reassentadas - das mulheres e dos jovens em particular - não estão sendo priorizados.

As perspectivas das pessoas reassentadas em Mualadzi, na Fase Dois do reassentamento da mina de Benga, levantam uma série de questões que merecem uma consideração cuidadosa, incluindo quais são os factores que causaram ou contribuíram para esta situação, o que pode ser feito para aliviar as pressões imediatas sobre as famílias reassentadas em Mualadzi, e sobretudo como evitar situações semelhantes no futuro. Esta secção procede, considerando alguns dos principais factores que contribuíram para a situação em Mualadzi. Também levanta uma série de questões que se relacionam com os planos de expansão da ICVL e o futuro da mineração em grande escala em Tete e em outros lugares em Moçambique.

5.2 As falhas de planificação

De acordo com a literatura em desenvolvimento bem estabelecida, a maioria dos riscos de reassentamento são previsíveis e podem ser mitigados se adequadamente compreendidos e analisados.⁷² A restauração dos meios de vida é um processo extremamente complexo, especialmente quando se realizada em grande escala, mas há uma chance muito maior de se conseguir resultados desejados se o processo for apoiado por uma análise de identificação de risco abrangente, que por sua vez é usada para guiar as estratégias de prevenção e mitigação. Os padrões globais contemporâneos também recomendam que os processos de planificação sejam participativos e devem incluir uma análise de género, de modo a assegurar que os riscos, impactos e custos de reassentamento sejam entendidos e tratados em contextos locais específicos.

As questões levantadas pela população de Mualadzi eram riscos de reassentamento bem conhecidos no momento em que o PAR foi preparado. Por quase meio século, questões como a insegurança alimentar, a falta de oportunidades de emprego, a perda de recursos comuns e a marginalização foram apontados como os riscos que afectam o deslocamento e reassentamento, ligados a projectos de desenvolvimento de grande escala. Certamente, cada um dos oito riscos de reassentamento, descritos no quadro de reassentamento fundacional do Cernea (1997), *Os Riscos e o Modelo de reconstrução para a reinstalação de populações deslocadas*, é um factor no caso Mualadzi.⁷³ Contudo, nem todos eles são identificados no PAR da mina de Benga. A partir desta perspectiva, o quadro de planificação que foi estabelecido pela primeira vez pela Riversdale e herdado pela Rio Tinto e depois ICVL, parece estar incompleto, se não fundamentalmente uma falha. Algumas das falhas de planificação, identificadas durante o estudo, estão resumidas abaixo.

5.2.1 A análise dos riscos

A identificação dos riscos, a prevenção e a mitigação para o reassentamento da Fase Dois não foram suficientemente aprofundadas. As características físicas do local de reassentamento, como a baixa precipitação e solos de má qualidade, foram descritos no PAR inicial. No entanto, a descrição do contexto proporciona apenas uma base parcial para a planificação do reassentamento. Este PAR continha uma análise mínima dos desafios associados com a adaptação da comunidade para circunstâncias muito diferentes. Os riscos primários, como a marginalização e a fragmentação social ao nível das famílias, por exemplo, foram amplamente ignorados.

⁷² Cernea, M. (1997) The Risks and Reconstruction Model for Resettling Displaced Populations. World Development. 25 (10), p. 1,569-1,587.

⁷³ Os oito riscos de empobrecimento do Cernea são: ficar sem-terra, sem-abrigo, sem emprego, a marginalização, a insegurança alimentar, perda de acesso aos bens comuns e serviços, aumento da morbidez e mortalidade, e a desarticulação social.

Como e porquê o PAR original foi aprovado pelo governo na sua forma incompleta são perguntas que ficam além do escopo deste estudo. O grau em que a Rio Tinto ou a ICVL conduziram sua própria *due diligence* sobre o reassentamento de Benga, antes da aquisição não é conhecido, nem é o grau em que uma ou outra companhia realizou a sua própria avaliação de risco, uma vez que assumiram a responsabilidade pela implementação do PAR. O que está claro é que as actualizações ou um PAR “correctivo” nunca foram apresentados às autoridades reguladoras. Isto acontece, apesar do processo de identificação de riscos estar abaixo do óptimo no PAR original e de relatórios públicos de alto perfil documentando estas questões emergentes. Não há nenhuma exigência legal em Moçambique para as empresas actualizarem formalmente o PAR, no caso de transferência de propriedade.

5.2.2 A mitigação de riscos

As medidas de mitigação como delineadas no PAR eram, na sua maior parte, provisórias. O governo aprovou o PAR original, na base duma intenção de gerir os riscos de reassentamento, em vez dum conjunto claro de compromissos em relação ao qual os promotores podem ser responsabilizados. O exemplo mais gritante disto refere-se a água. A mitigação dos riscos associados à movimentação de pessoas, num ambiente onde a água é abundante para um outro de escassez de água, requer uma planificação inicial cuidadosa e detalhada para assegurar que as infra-estruturas físicas e o apoio transitório sejam postos em prática, *antes da mudança* ter lugar. Pesquisas anteriores destacaram que estas condições não estavam reunidas a quando dos processos de realocação da Fase Um começaram.⁷⁴

Algumas das questões que estavam presentes durante a Fase Um do reassentamento não foram totalmente resolvidas, quando a Fase Dois do reassentamento foi iniciada. Por exemplo, instalações de água não foram completadas antes da realocação. A escassez de água, a curto prazo, foi melhorada através do transporte por camião cisterna de água para a comunidade, que também se mostrou pouco fiável. A Rio Tinto rectificou alguns dos problemas de infra-estrutura de água, com a construção de furos, fontanários e tanques, embora a manutenção continua, a funcionalidade de equipamentos e a segurança no fornecimento de água, a longo prazo, permanecem incertos.

Vários dos programas de restauração dos meios de vida foram baseados num modelo de associação cooperativa. No entanto, o modelo não pode ter sido apropriado para esta comunidade. Mitigar os riscos do fracasso de programas de restauração dos meios de vida requer uma planificação cuidadosa, em consulta com a comunidade, para garantir que a abordagem seja localmente apropriada e que os participantes tenham as habilidades necessárias para se adaptarem às novas abordagens.

5.2.3 O apoio alimentar e a restauração dos meios de vida

Do ponto de vista das pessoas reassentadas, o apoio alimentar e a restauração dos meios de vida tem sido deficientes. O principal problema diz respeito à segurança alimentar. Para a maioria dos entrevistados, o apoio transitório, através do fornecimento de assistência alimentar foi interrompido, embora a fome ainda seja considerada um desafio diário. A noção de suspender a distribuição de cestas de alimentos para evitar a “dependência” está em desacordo com o nível de insegurança alimentar relatado pelas famílias reassentadas. Até os meios de vida estarem restaurados, as famílias reassentadas precisarão de apoio externo. A incerteza, a falta de controle e os recursos limitados são factores chave da dependência, e não o fornecimento de alimentos e outros itens essenciais, num momento de necessidade e vulnerabilidade acrescidas. Neste caso, a abordagem da Rio Tinto, para evitar a dependência, parece ter agravado e não aliviado, o risco de empobrecimento.

5.2.4 A participação e a inclusão social

À excepção dum pequeno grupo de líderes, os entrevistados disseram que não foram incluídos nas decisões sobre a sua reinstalação. A decisão de mudar para Mualadzi não envolveu a população local - este foi um reassentamento involuntário. Houve algum envolvimento das lideranças locais nos processos de planificação inicial, mas a maioria das pessoas entrevistadas indicaram que não tiveram acesso às informações para permitir a sua participação. A maioria dos entrevistados sentiu que desde a realocação, os esforços corporativos para envolvê-los estavam diminuindo, ou haviam quebrado. Os actores estatais e corporativos disseram que se haviam comprometido, a sua conveniência e em questões que podiam abordar, ao invés de tratar das preocupações prioritárias da comunidade: segurança alimentar, abastecimento de água, o acesso aos postos de trabalho e transporte. A frequência e intensidade reduzida do compromisso veio num momento em que os impactos de reassentamento estão sendo experimentados mais directamente e muitas famílias estão lutando para se recuperar.

Em termos de restauração dos meios de vida, a idade, o sexo e a situação económica são factores influenciando a participação das pessoas. Não estava evidente, a partir do PAR ou das conclusões do estudo, como a vulnerabilidade foi definida e avaliada para garantir que as pessoas mais vulneráveis ou em situação de risco fossem incluídas e salvaguardadas. Nem estava aparente que uma análise baseada no género dos riscos ou impactos de reassentamento havia sido realizada. Enquanto houve reconhecimento pelos entrevistados de algum esforço pela Rio Tinto em engajar as mulheres, o impacto deste compromisso não parece ter melhorado a participação das mulheres no processo de reassentamento.

⁷⁴ Ibid nota 14

5.2.5 A monitoria social

A adaptação humana a novos ambientes de reinserção física e social é um processo dinâmico. Os riscos primários de reassentamento são previsíveis, mas as respostas das pessoas a esses riscos podem mudar ao longo do tempo, e são menos previsíveis do que o impacto primário. Um programa de monitoria abrangente é mesmo essencial para determinar se as pessoas estão em “modo de recuperação” ou num estado de maior empobrecimento. Monitorar se a mudança está ocorrendo rapidamente, cumulativamente ou gradualmente, e como e se os impactos são dispersos e afectando as pessoas de forma diferente, só pode ser determinado por meio dum programa de monitoria extenso que abrange os indivíduos, as famílias, os grupos sociais e a comunidade em geral.

O programa de monitoria em Mualadzi parece ser desproporcionado com a natureza dinâmica e séria dos riscos e impactos. Além de indicadores de referência a nível dos agregados familiares, nem a Rio Tinto nem a ICVL compartilhou os detalhes da abordagem de monitoria em “tempo real” ou apresentou à equipe de estudo um quadro de monitoria global que incluiu os indicadores para assegurar o “sucesso” do reassentamento. Também era evidente que os entrevistados não estavam envolvidos num programa de monitoria participativa. O Comité provincial de reassentamento indicou que um programa formal de monitoria não estava em implementação.

5.2.6 O tratamento das reclamações

Do ponto de vista dos entrevistados, os mecanismos de reclamação também estão insuficientes em termos de procedimento e de resultados. Sem um mecanismo de reclamações específico e funcional sobre reassentamento a nível de projecto, as empresas limitam a sua capacidade de identificar e responder a questões de interesse da comunidade de Mualadzi. Na verdade, as pessoas reassentadas encontraram-se numa posição onde não havia ninguém com autoridade e os recursos, disposto ou capaz de ajudá-los a resolver as suas preocupações. Os dados de entrevista sugerem que os processos de tratamento das reclamações têm sido tão ineficazes, que algumas pessoas na comunidade estão considerando uma acção colectiva para aumentar a probabilidade das suas preocupações serem ouvidas por agentes estatais e corporativos. Isto implica um risco de conflito no futuro.

5.3 As questões sistémicas

Além das deficiências de planificação e da implementação do reassentamento, vários factores mais sistémicos têm servido para agravar uma situação em si já difícil em Mualadzi. Alguns destes factores são delineados abaixo.

5.3.1 Acesso à terra

A extensão das concessões de mineração de carvão, zoneadas em toda a província de Tete, parece ter influenciado a escolha, pelo governo, de Mualadzi como local de reassentamento. Geologicamente, Mualadzi não é uma área potencial para a mineração de carvão, o que limita a probabilidade de que a terra seja de interesse para um outro promotor / investidor. No entanto, Mualadzi não oferece condições favoráveis para agricultura. Encontrar terras adequadas para o reassentamento rural que não estejam sujeitas a concessão mineira tornou-se um desafio em toda a província de Tete.

5.3.2 Regulação e supervisão do governo

O quadro legal do sector de mineração, em Moçambique, não está a acompanhar o ritmo acelerado de desenvolvimento industrial em Tete. O Decreto de reassentamento no 31 de 2012, por exemplo, entrou em vigor demasiado tarde para o reassentamento em Mualadzi. Enquanto a capacidade de supervisão do reassentamento, pelo governo provincial e nacional, tem sido limitada devido a recursos financeiros e humanos limitados, esta também foi afectada pela prioridade dada à mineração, como um caminho para o crescimento económico. Equilibrar os direitos das comunidades com as exigências do desenvolvimento nacional é o desafio de governação mais aparente na situação Mualadzi.

5.3.3 Transferência de propriedade empresarial

A transferência de propriedade da Riversdale para a Rio Tinto e, em seguida, da Rio Tinto para a ICVL tem complicado o processo de reassentamento e diluiu a questão da “responsabilidade corporativa”. A Rio Tinto herdou um PAR incompleto e parcialmente implementado, tornando-se o foco de campanhas internacionais de ONGs. A Rio Tinto tratou alguns dos problemas em Mualadzi, mas as partes interessadas externas não podem sistematicamente monitorar o seu desempenho, devido à falta de transparência. No processo de implementação da Fase Dois do reassentamento da Rio Tinto, outros problemas surgiram. Algumas destas questões foram consideradas, antes da Rio Tinto vender para a ICVL, enquanto outras continuam pendentes.

Do ponto de vista legal, parece que nem a Riversdale nem

a Rio Tinto tem qualquer responsabilidade formal para com o reassentamento no futuro. A responsabilidade agora é da ICVL e do Estado. O grau em que a Riversdale ou a Rio Tinto tem qualquer responsabilidade moral para apoiar a população reassentada é, no entanto, uma questão para apreciação. Mesmo considerando que a ICVL permitiria ou não a participação dos proprietários anteriores, e o grau em que isso iria complicar a responsabilidade legal, é de considerar um aspecto fora do escopo deste trabalho. No entanto, a questão de quem deve ser responsável pelos legados de reassentamento numa indústria onde fusões, aquisições e desinvestimentos são comuns, é a questão que merece uma atenção urgente.

5.3.4 Regulação interna e voluntária

Os processos de *due diligence* internos da Rio Tinto não parecem desencadear uma resposta adequada aos desafios de reassentamento em Mualadzi. Apesar de ter um dos quadros de políticas sociais mais progressistas do sector de mineração internacional, os mecanismos internos da Rio Tinto parecem ter vacilado no caso da mina de Benga. Os processos internos não parecem desencadear uma alocação adequada de competências e de recursos para fazer face aos riscos de reassentamento. Na ausência de mecanismos de regulação eficazes da parte do Estado, a indústria de mineração é dependente da regulamentação voluntária para garantir às partes interessadas que mecanismos robustos sejam postos em pratica para evitar riscos sociais e de direitos humanos e assim contribuir para resultados positivos de desenvolvimento para as comunidades locais. Saber se os processos de garantia internos eram inadequados ou inadequadamente aplicados neste caso, requer uma investigação e análise.

Posicionando o reassentamento como uma “oportunidade de desenvolvimento” em vez de um “risco de empobrecimento”, no seio dos quadros políticos corporativos, pode levar a distracção quanto a questões relativas à recuperação e reconstrução dos meios de vida.

Enquadrar o reassentamento como uma oportunidade de desenvolvimento, sem um reconhecimento mais claro dos riscos sociais e de direitos humanos graves e importantes envolvidos, pode exacerbar os mesmos riscos que os quadros políticos corporativos procuram evitar. A probabilidade de alcançar uma “melhoria”, se a mitigação e a recuperação de risco não forem o foco central, é mínima. A abordagens corporativas para a compreensão do “risco social”, da “dependência” e da “reconstrução dos meios de vida” na situação de Mualadzi levantam sérias dúvidas sobre a capacidade da empresa em responder aos desafios fundamentais da mineração e do reassentamento.

5.4 Considerações futuras

Este estudo da Oxfam-CSRSM levanta uma série de considerações importantes para o futuro, incluindo o potencial de conflito localizado, os planos da ICVL de expansão e o crescimento contínuo das indústrias extractivas, em Tete. A primeira questão refere-se ao potencial de conflito localizado. As pessoas em Mualadzi estão vivendo em estreita proximidade com as pessoas de Cateme. Não apenas as pessoas de Mualadzi estão aprendendo que os protestos públicos podem trazer mudanças onde outros processos falhar, como existem tensões emergentes entre as duas comunidades, por exemplo sobre os assuntos do transporte. Estas questões precisam duma monitoria cuidadosa e podem precisar de intervenção estratégica, antes das tensões se degradarem.

A ICVL anunciou planos para uma grande expansão. Essa expansão vai exigir ainda mais reassentamento, incluindo das comunidades urbanas. Isto irá colocar mais pressão sobre as comunidades hospedeiras e reassentadas, as organizações locais da sociedade civil e o Estado. Também irá colocar maior pressão sobre a ICVL para garantir que não vai exacerbar as questões existentes ou voltar a reproduzir o conjunto de problemas actuais numa escala maior.

Finalmente, mesmo em fase duma recessão global, a indústria do carvão em Tete continua a expandir-se, ao lado de outras indústrias extractivas, como petróleo e gás. A pressão sobre a disponibilidade de terras continuará, tendo em conta a emissão de mais concessões e mega projectos industriais prosseguirem. Como o governo concede concessões e toma decisões sobre os locais de reassentamento é de vital importância para garantir que os imperativos de desenvolvimento nacional não sejam à custa dos direitos e interesses das populações locais.

6 RECOMENDAÇÕES

As seguintes recomendações visam melhorar os resultados de reassentamento para as pessoas afectadas pelo projecto, em Mualadzi, tanto a curto como a longo prazos. Estas estão alinhadas com os objectivos do estudo de escuta das vozes da comunidade e com os conteúdos da pesquisa documental, dados do trabalho de campo e as entrevistas complementares.

As recomendações são essencialmente direccionadas para a ICVL, a Rio Tinto e o Governo de Moçambique. Foram elaboradas para incentivar um maior diálogo, entre as partes e as pessoas afectadas pelo projecto. Estas recomendações são específicas para as empresas em causa, mas podem, e devem ser aplicadas de forma mais geral para o sector extractivo.

A recomendações também são endereçadas para os governos dos países de origem, onde as empresas de mineração relevantes estão sediadas ou registadas. Os governos dos países de origem são incentivados a monitorar activamente as práticas das empresas no estrangeiro, quando os direitos humanos são colocados em risco pelo reassentamento involuntário.

Décadas de pesquisa confirmam que o reassentamento deve ser apoiado por processos de diálogo permanente e de tomada de decisão participativa, entre todos os intervenientes. A participação requer que as partes interessadas tenham acesso à informações completas em tempo útil e numa linguagem e formato que possam ser compreendidos. Isto inclui as pessoas afectadas pelo projecto e aquelas que trabalham directamente com elas.

Assegurar a participação, o acesso à informação e a inclusão social - incluindo mulheres, homens, jovens, idosos, líderes e pessoas com deficiência - vai ajudar a:

- identificar e mitigar os riscos conhecidos de reassentamento;
- entender melhor os riscos menos conhecidos; e
- apoiar a distribuição equitativa dos benefícios do sector extractivo.

A participação significativa também exige o respeito pelos pontos de vista, opiniões e dos meios de vida das pessoas afectadas pelo projecto.

É recomendado que a ICVL:

1. apresente formalmente uma actualização do PAR da mina de Benga e trate das questões levantadas no presente relatório;

2. divulgue publicamente os planos da empresa e respectivo orçamento para a implementação do PAR actualizado;

3. garanta que a comunidade de Mualadzi tenha a oportunidade de comentar sobre a adequação dos planos (incluindo aquelas pessoas que estão mais marginalizadas e vulneráveis) para garantir que as famílias reassentadas não arquem com os custos externalizados e não contabilizados;

4. trabalhe com os governos provincial e nacional para estabelecer e apoiar actividades comunitárias de restauração dos meios de vida em Mualadzi, incluindo a geração de renda sustentável. Deve-se considerar estratégias de geração de renda que são adequadas para as mulheres e jovens;

5. retome o programa de assistência alimentar para as famílias reassentadas em Mualadzi até que o rendimento das culturas sejam suficientes para resolver os problemas de segurança alimentar, e realize estudos para compreender melhor o risco de criar dependência, continuando com o apoio alimentar;

6. repare e mantenha as bombas de água em Mualadzi e forneça furos adicionais equipados com bombas manuais, nas proximidades dos campos agrícolas;

7. melhore o acesso à escola secundária em Cateme e Moatize, asphaltando a estrada, entre Mualadzi e Cateme, e fornecendo transporte adicional;

8. recrute, trene e apoie as pessoas da comunidade de Mualadzi para trabalharem como motoristas e mantenha um serviço de transporte fiável, entre Mualadzi, Cateme e Moatize;

9. implemente todos os compromissos assumidos pela Rio Tinto, incluindo o fornecimento de materiais adequados para a construção de capoeiras caseiras e o fornecimento de pintos;

10. trabalhe com a comunidade de Mualadzi para desenhar em conjunto e estabelecer um mecanismo de reclamações, a nível do projecto, que reflecte os critérios de eficácia delineados nos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos;⁷⁵ e

11. divulgue publicamente os planos da proposta de projecto de extensão da mina Zambeze, incluindo o AIA (EIA) e PAR (RAP). Estes documentos devem ser disponibilizados numa linguagem e formato que possam ser compreendidos pelas pessoas afectadas pelo projecto.

⁷⁵Estes critérios incluem que o mecanismo de queixas ou reclamações sejam legítimos, acessíveis, previsíveis, equitativos, compatíveis com os direitos e transparentes, baseados na aprendizagem contínuo, o diálogo e engajamento

É recomendado que a Rio Tinto:

12. divulgue publicamente a AIDH (HRIA) da mina de Benga e do reassentamento associado, realizada pelo Instituto Dinamarquês de Direitos Humanos;
13. divulgue publicamente o quadro e métodos de monitoria do reassentamento, desenvolvidos para a mina de Benga, incluindo indicadores para determinar o sucesso de reassentamento;
14. divulgue publicamente as lições aprendidas com o processo de *due diligence* social realizado para a aquisição da mina de Benga;

15. modifique a política da empresa para exigir que AIDHs (HRIAs) estejam realizadas antes da aquisição de activos, como parte do processo de *due diligence*, em vez de pós aquisição;
16. inclua os impactos negativos directos e indirectos do reassentamento quando procura identificar, mitigar e prevenir os riscos como parte dos processos de *due diligence*; e
17. divulgue publicamente a abordagem da empresa para a planificação participativa do reassentamento de outros locais do mundo (incluindo a identificação dos riscos, impactos, custos, prazos e abordagem de monitoria e avaliação).

É recomendado que o Governo provincial de Tete:

18. solicite à ICVL a actualização do PAR da mina de Benga e o tratamento das questões levantadas neste relatório. O PAR actualizado deve incluir um quadro de monitoria e avaliação para melhor prestação de contas sobre os compromissos assumidos no PAR;
19. monitore regularmente a implementação do PAR usando perícia independente, se necessário;
20. trabalhe com a ICVL e a comunidade de Mualadzi para estabelecer e apoiar programas comunitários de restauração dos meios de vida que se concentram em actividades de geração de renda e de restauração de meios de vida sustentáveis. Desenvolver estratégias de geração de renda adequadas para as mulheres e os jovens;
21. divulgue publicamente os planos de longo prazo e o calendário previsto para resolver os problemas de água em Mualadzi;

22. aloque recursos para garantir que o posto de saúde em Mualadzi tenha pessoal médico adicional e suprimentos médicos adequados, e estenda-se o horário de funcionamento do Posto de Saúde;
23. trabalhe para garantir que as questões relacionadas com o estabelecimento do cemitério são resolvidas em tempo útil, em consulta com toda a comunidade de Mualadzi;
24. reveja a função, as actividades e os recursos necessários para o Comité provincial de reassentamento, garantindo a disponibilidade de recursos adequados para a monitoria e a supervisão da implementação do PAR;
25. reveja a composição do Comité provincial de reassentamento para incluir pelo menos dois membros (um homem e uma mulher) de cada comunidade reassentada em Tete; e
26. use as lições deste caso para rever outros reassentamentos em curso ou planificados em Tete.

É recomendado que o Governo de Moçambique:

27. fortaleça o quadro legal de acordo com a resolução da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos para *“assegurar a participação, incluindo o consentimento livre, prévio e informado das comunidades na tomada de decisão sobre a governação dos recursos naturais”*;⁷⁶

28. melhore os princípios enunciados no artigo 4.º do Decreto de reassentamento, incluindo os elementos seguintes para melhor proteger os direitos socioeconómicos e culturais das pessoas afectadas pelo projecto: o fornecimento de terra adequada, o acesso à água, o acesso a serviços essenciais, a distância para os mercados, oportunidades económicas alternativas, o acesso a locais de importância espiritual e cultural e o impacto sobre as normas sociais na família e na sociedade.

29. garanta que as orientações e os critérios para a compensação de reassentamento tomem em conta os direitos à posse da terra, o investimento realizado pelo agregado familiar na agricultura e infra-estruturas associadas, a perda de acesso a oportunidades económicas, incluindo as perdas afectando as mulheres e os jovens;

30. exija que todas as empresas de petróleo, gás e mineração, operando em Moçambique, divulguem os PARs e actualizem formalmente estes documentos quando ocorre uma transferência de propriedade;

31. exija que todas as empresas que buscam a aprovação de projectos de petróleo, gás e mineração divulguem publicamente as avaliações de impacto social e ambiental, incluindo AIDHs (HRIAs), e os planos de mitigação do impacto e dos riscos associados, antes da concessão de licenças;

32. exija que todas as empresas que buscam a aprovação de projectos de petróleo, gás e mineração assegurem que a infra estrutura essencial de reassentamento (incluindo habitação, água, estradas, transportes, escolas e instalações de saúde) é estabelecida antes da mudança física;

33. realize uma auditoria sobre a disponibilidade e a adequação das terras para o reassentamento antes da emissão de licenças e as aprovações sejam concedidas às empresas;

34. apoia a sociedade civil para ajudar as comunidades a ter acesso, e compreender, as informações sobre o projecto, incluindo detalhes sobre os donos, promotores, operadores, e subcontratados no empreendimento bem como as instituições financeiras;

35. divulgue publicamente os contratos de projectos de petróleo, gás e mineração, incluindo os mapas da zona a ser ocupada e planos de reassentamento do projecto; calendários e prazos para exploração e produção; quantidades e valor do recurso; despesas de capital; regime de propriedade e de participação no capital; royalties e incentivos fiscais; e outros acordos relevantes;

36. busquem o apoio dos doadores para desenvolver um quadro de monitoria e avaliação dos impactos cumulativos a nível social, de direitos humanos, económico e ambiental, dos investimentos e infra estruturas em petróleo, gás, mineração em Moçambique, que inclui a participação de pessoas afectadas pelos projectos.

37. desenvolva um Plano de Acção Nacional para implementar os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, com referência específica à identificação, mitigação e prevenção dos impactos potenciais de reassentamento sobre os direitos humanos.

⁷⁶ Disponível em: <http://www.achpr.org/sessions/51st/resolutions/224/>

É recomendado que os Governos dos países de origem, Austrália, Reino Unido, Estados Unidos de América e Índia:

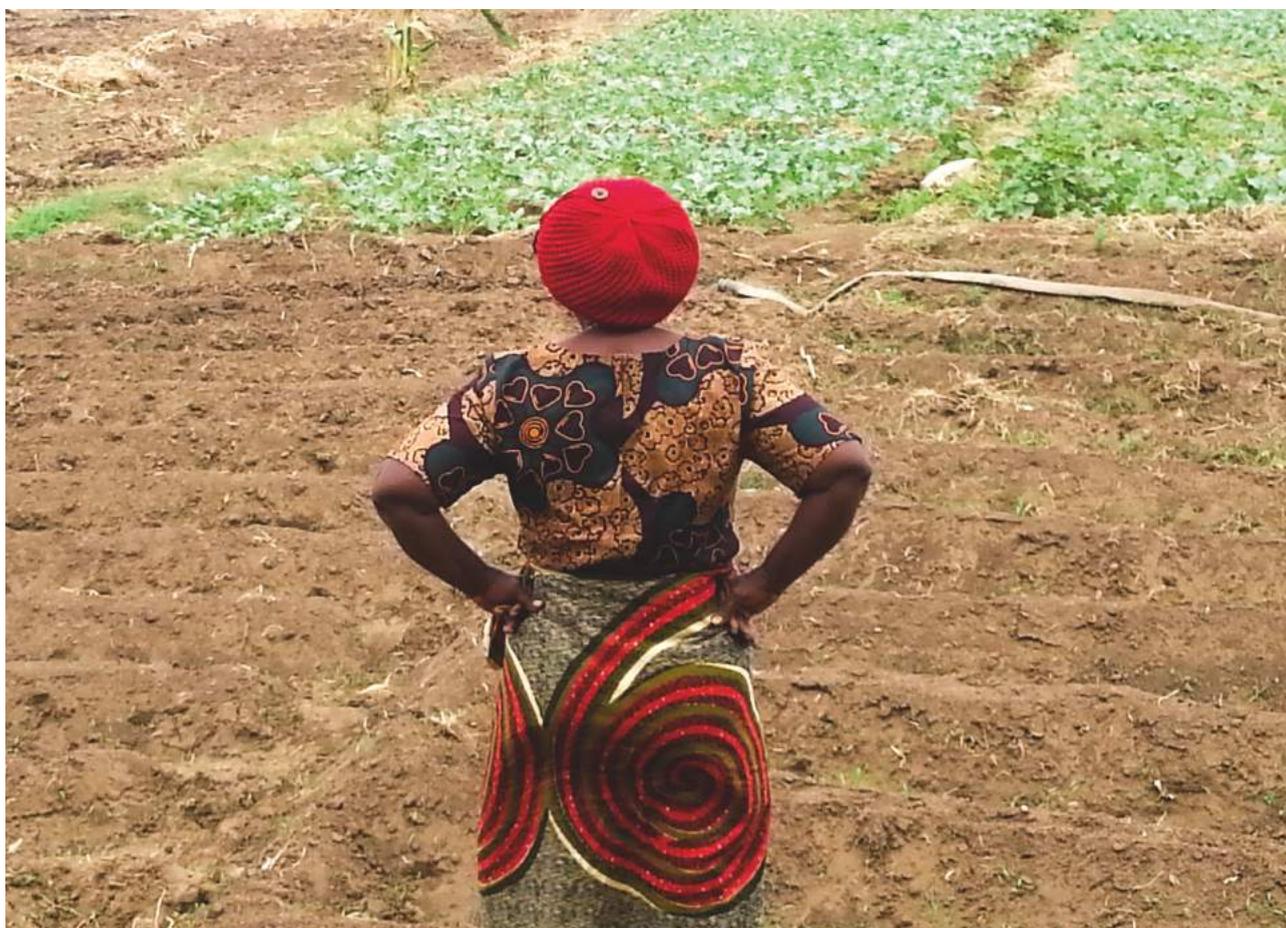
38. desenvolvam um Plano de Acção Nacional para implementar os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (Austrália, EUA e Índia), para atenuar e prevenir os impactos potenciais de reassentamento sobre os direitos humanos em ambos os países de origem e de acolhimento (alteração do plano no caso do Reino Unido);⁷⁷ e

39. exijam que todas as empresas de petróleo, gás e mineração com sede em, listadas ou operando em ou a partir do país em questão, divulguem (i) os planos detalhados para qualquer reassentamento induzido pelo desenvolvimento, (ii) o *due diligence* realizado para identificar, mitigar, prevenir e remediar os impactos potenciais do reassentamento sobre os direitos humanos e (iii) os quadros de monitoriza e avaliação para medir o sucesso ou tomar uma acção correctiva.

É recomendado que as organizações internacionais pertinentes:

40. Que CFI e outras instituições financeiras internacionais desenvolvam orientações de reassentamento específicas por sector, para as indústrias de petróleo, gás e de mineração para garantir uma maior aplicabilidade para a indústria; e

41. Que o Conselho internacional de mineração e metais (ICMM), como organização líder da indústria mundial, inicia uma revisão das práticas de reassentamento com objectivo de definir as normas e compromissos claros para as suas empresas associadas. Pode ser na forma duma Declaração de posição obrigatória, semelhante à aquela recentemente adoptada sobre os povos indígenas e a mineração.



Dorica Amosse Nota, presidente da União Provincial de Camponeses de Tete, olhando para as culturas dum campo familiar com solo fértil, perto de Benga. Foto: Kathryn Sturman /CSRM.

7 APRESENTAÇÃO DA EQUIPE DE ESTUDO

Oxfam:

Oxfam é uma organização independente, não governamental, de ajuda para o desenvolvimento. A Confederação Oxfam é composta de 18 afiliadas. Trabalhamos em conjunto para alcançar a nossa meta dum mundo justo, sem pobreza, onde as pessoas influenciam as decisões que afectam suas vidas, gozam dos seus direitos e assumem as suas responsabilidades - um mundo em que todos são valorizados, e todos são tratados de forma igual. Trabalhando localmente com as pessoas, as comunidades e os parceiros de programa, em mais de 90 países, e juntamente com corporações, governos e instituições, ajudamos a criar soluções duradouras contra a injustiça da pobreza.

Oxfam tem sido activa em Moçambique desde 1978. O seu trabalho evoluiu de ajuda humanitária directa durante a guerra na década de 1980, para a promoção do desenvolvimento sustentável e o apoio às organizações da sociedade civil. Em Moçambique, a Oxfam tem uma

visão onde os homens e as mulheres pobres e socialmente excluídos são capacitados, com o apoio duma sociedade civil forte que busca a mudança social, de modo a sair as pessoas da pobreza, sendo mais resilientes aos desastres, tendo os seus direitos humanos básicos respeitados e acesso a serviços que lhes permitam levar uma vida decente.

Oxfam tem mais de 15 anos de experiência de trabalho no sector extractivo, e é considerado como uma das principais organizações internacionais não-governamentais com uma perícia na industria extractiva. Oxfam estabeleceu um programa com foco nas indústrias extractivas em Moçambique. O programa sobre o sector extractivo em Moçambique complementa um programa de meios de vida de longa data e serão ampliados em resposta a projectos significativos de petróleo, gás e mineração na província Cabo Delgado.

Os parceiros:

União Provincial de Camponeses de Tete (UPCT):

A União Provincial de Camponeses de Tete (UPCT) foi formada em 2003 e é uma organização autónoma afiliada à União Nacional de Camponeses de Moçambique (UNAC). Em 2015, a UPCT representa 522 associações de camponeses em 14 dos 15 distritos da província de Tete, e estabeleceu 8 uniões distritais (Cidade de Tete, Changara, Mutarara, Cahora Bassa, Macanga, Moatize, Maravia e Tsangano). A UPCT tem 13.184 membros individuais, seja 6.366 mulheres e 6.818 homens.

A UPCT pretende ser "um forte movimento de camponeses, onde homens e mulheres, estão activamente envolvidos na luta por uma sociedade justa, próspera e inclusiva, e contribuir para a redução da pobreza e da insegurança alimentar entre as comunidades rurais".

Os objectivos estratégicos da UPCT são:

- direitos à terra, facilitando a obtenção de títulos de terra e defendendo os interesses dos seus membros nos conflitos sobre a terra e os recursos naturais;
- contribuir para o aumento da produtividade e da competitividade dos camponeses na agricultura e pecuária;
- fortalecer a comercialização dos produtos dos membros nos mercados locais e provinciais;
- construir um movimento mais forte a nível da base, aumentando as contribuições financeiras dos membros para à UPTC e as outras uniões; e
- melhorar a prestação de serviços aos seus membros e reforçar a sua capacidade institucional.

A UPCT oferece formação sobre técnicas agro-ecológicas e agro-negócios, incluindo informações sobre produtos e mercados, bem como aconselhamento e apoio sobre os direitos à terra e reassentamento de famílias rurais afectadas pelas actividades de mineração de carvão. A união provincial também relaciona-se com as autoridades governamentais, empresas de mineração e organizações da sociedade civil.

A UPCT desenvolve esforços constantes para a igualdade de género nos seus trabalhos e na organização. A união conta actualmente 16 trabalhadores, 13 homens e 3 mulheres e recebe apoio financeiro da Ajuda Popular da Noruega, WeEffect (Centro cooperativo sueco), CAFOD e o programa Corredor da Beira.

Associação para Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC):

A Associação para Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades é uma organização da sociedade civil baseada na província de Tete, em Moçambique. Foi criada em 2008 com o apoio do Centro de Formação Jurídica e Judiciária-CFJJ do Ministério da Justiça. A AAAJC foi registada em 2010 para prestar apoio e assistência jurídica às comunidades sobre os direitos à terra e aos recursos naturais.

A AAAJC visa informar e apoiar as comunidades sobre o exercício dos seus direitos e, numa abordagem de desenvolvimento inclusivo, garantir os direitos à terra e ao uso sustentável dos recursos naturais.

A AAAJC procura:

- promover o desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais;
- assistir para o exercício do direito à posse da terra, capacitar e assistir no registo legal de organizações comunitárias;
- promover parcerias entre investidores e comunidades;
- contribuir na defesa dos interesses das comunidades, estabelecendo ligações com as autoridades governamentais, empresas e redes nacionais e internacionais;
- prestar assistência jurídica às comunidades e cidadãos;
- produzir e disseminar conhecimento sobre os recursos naturais e o desenvolvimento;
- pesquisar e monitorar as actividades da indústria extractiva e o seu impacto nas comunidades; e
- monitorar o desenvolvimento de políticas sobre os recursos naturais e estimular o debate público sobre estas questões.

Nos últimos anos, AAAJC apoiou as comunidades afectadas pelas actividades de mineração da Vale, da Rio Tinto/ICVL e da Jindal na província de Tete. A associação também está trabalhando com as comunidades que estarão afectadas por novos projectos de investimento, como as linhas férreas do corredor de Macuse (Moatize-Macuse-província de Zambézia) e do corredor de Nacala (Moatize-Malawi-Nacala-província de Nampula).

A AAACJ está envolvida em redes como a Iniciativa para a transparência nas Indústrias extractivas em Moçambique, o Observatório rural, a Plataforma da sociedade civil moçambicana sobre Recursos naturais e indústria extractiva, Publish What You Pay, e a Articulação internacional dos Atingidos pela Vale.

A AAACJ tem 18 colaboradores e uma rede de 360 membros voluntários, na província de Tete. A organização recebeu apoio financeiro da WeEffect (Centro cooperativo sueco), Africa Contact (Dinamarca), Apoio Popular da Noruega, WWF, Fundo Humanitário do Canadá e IBIS.

Centro para responsabilidade social na mineração (CSRSM):

O CSRSM é um centro de pesquisa líder empenhado em melhorar o desempenho social da indústria mundial baseada nos recursos naturais.

Faz parte do Instituto de Minerais Sustentáveis (SMI) da Universidade de Queensland, uma das primeiras universidades da Austrália. O SMI tem um longo historial de trabalho para entender e aplicar os princípios do desenvolvimento sustentável na indústria mundial baseada nos recursos naturais.

O CSRSM tem como foco os desafios sociais, económicos e políticos que ocorrem quando a mudança é provocada pela extração e desenvolvimento de recursos naturais. Desde 2001, o centro tem trabalhado com empresas, comunidades e governos, nas regiões de mineração em todo o mundo, para melhorar o desempenho social e oferecer melhores resultados para as empresas e as comunidades.

